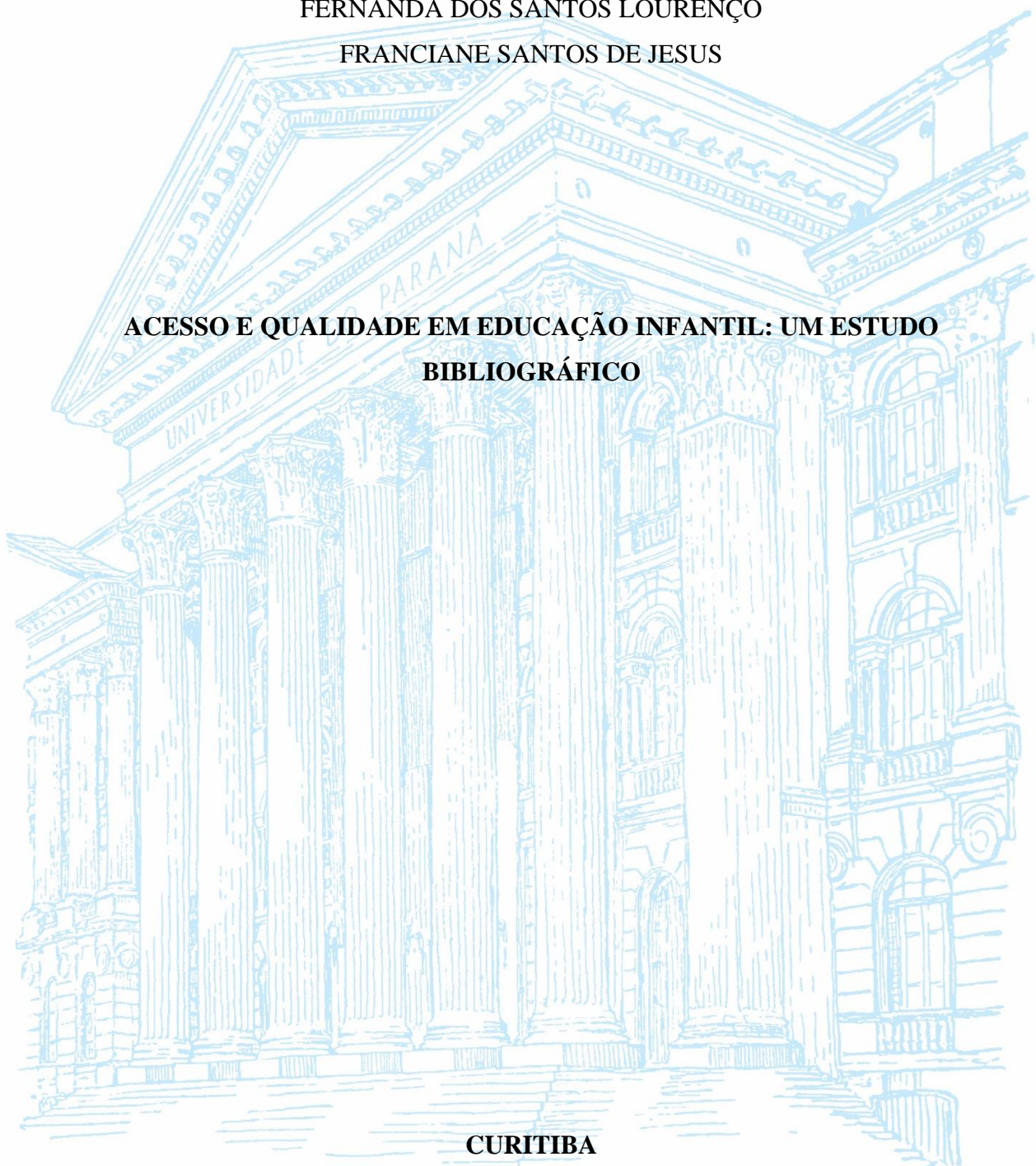


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA DOS SANTOS LOURENÇO

FRANCIANE SANTOS DE JESUS

**ACESSO E QUALIDADE EM EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO
BIBLIOGRÁFICO**



CURITIBA

2021

FERNANDA DOS SANTOS LOURENÇO
FRANCIANE SANTOS DE JESUS

**ACESSO E QUALIDADE EM EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO
BIBLIOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia da Universidade Federal do
Paraná como requisito à obtenção da graduação em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dra Catarina Moro

**CURITIBA
2021**

Eu sei, mas não devia

“[...] A gente se acostuma a coisas demais para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai se afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá.

Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço.

Se a praia está contaminada a gente só molha os pés e sua no resto do corpo.

Se o trabalho está duro, a gente se consola pensando no fim de semana.

E se no fim de semana não há muito o que fazer a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado.

A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele.

Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se da faca e da baioneta, para poupar o peito.

A gente se acostuma para poupar a vida que aos poucos se gosta e, que gasta, de tanto acostumar, se perder de si mesma.” (Marina Colasanti).

AGRADECIMENTOS

Música da Marie Gabriella - Gratidão

(Eu agradeço) “Se as flores se misturam nos canteiros, os ideais podem também se misturar. Se as cores se complementam nos desenhos, as diferenças podem se complementar. Não há melhor, não há grande nem pequeno, o que há é muito o que trabalhar. Cada um fazendo o seu direito, só alegria e belezas vão brotar, deste jardim cujo eu sou jardineiro e de amor eu sempre vou regar; És a fonte deste amor tão verdadeiro, o meu herdeiro quem eu vou sempre cuidar...”.

Eu, Franciane Santos de Jesus, gostaria de agradecer infinitamente a Deus/Jesus/Holy Ghost, por cada oportunidade que vivenciei e que continuarei a vivenciar. Agradeço Infinitamente à minha família: à minha mãe Maria das Graças de Jesus, à minha irmã Bruna Eloisy S. de Jesus e ao meu pai Luiz Carlos S. de Jesus, por todo apoio que me deram e continuam me dando. Essa conquista pertence a nós! Agradeço ao meu irmão Thiago Mendes, à minha irmã Bárbara de Jesus e ao meu cunhado Wellington, o qual me ajudou a escolher um bom notebook, para escrever este TCC, ele pesquisou vários modelos e preços, gratidão. Agradeço à minha amada vovó Iva Pires “*in memoriam*”, à minha amada avó Alice Mendes e ao meu amado avô Orlandino Mendes, aos meus parentes (tias, tios, primas e primos), à minha amiga querida e parceira de curso, de Iniciação Científica e de Trabalho de Conclusão de Curso: Fernanda S. Lourenço, gratidão infinita, pela parceria e amizade nesses anos de vida acadêmica (quase surtamos, mas vencemos, amiga! Você também é - super guerreira-). Agradeço às minhas outras queridas amigas da UFPR: Georgia, Isabella, Monique, Evelize, Elisa, Rafaela, Suelen, Laura e Mayhara, foram muitos papos gostosos, produções de trabalhos e projetos que realizamos juntas, vocês foram super parcerias.

Sou muito grata, pela oportunidade de ter feito parte do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Infância e Educação Infantil (NEPIE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) como bolsista de extensão da Revista Revirei 5º Edição, junto à minha outra amiga querida Rayana Costa, gratidão, amiga! Agradeço, pela oportunidade de ter sido bolsista de Iniciação Científica, agradeço à nossa querida Professora e Orientadora:

Catarina de Souza Moro, pelo seu trabalho, por ser uma pessoa linda, humana, sábia, inteligente, paciente, dedicada e atenciosa com a gente - gratidão infinita - por cada ensino e oportunidade que a Senhora me proporcionou, agradeço de coração! Agradeço à nossa querida professora Aparecida Zanetti, pela oportunidade de vivenciar suas aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e por ter feito parte de um projeto de extensão com os professores e as professoras dos Anos Iniciais da EJA, da Penitenciária Estadual de Piraquara. Agradeço à nossa querida professora Andréa Cordeiro, pois mesmo em meio a uma pandemia mundial, suas aulas foram - sublimes- aprendi muito com a Sra. e com a nossa turma, além disso, agradeço, por aceitar ser avaliadora da nossa banca de TCC.

Não poderia deixar de agradecer, à minha primeira turma do curso de Pedagogia da Universidade Positivo (UP) (estudei lá entre 2015-2016), em especial à minha querida diva e professora: Ivana Cristina de Almeida Lima, que foi a primeira professora que eu comuniquei que havia passado na Federal, ela me deu - super apoio - agradeço às minhas queridas amigas da UP: Helen, Letycea, Ketlyn e as meninas: Damiana e Vanessa, por estarem comigo nesses dois anos, gratidão.

Agradeço à professora Mônica e ao professor Mougli Queiroz (“profes” da Língua Portuguesa), ao meu professor de História (não recordo o nome dele), ao meu professor de Matemática Cristiano e à minha professora de Artes (não recordo o nome dela) do colégio Estadual Paulo Leminski em Curitiba-PR e a todas às minhas professoras e a todos os meus professores do Colégio Estadual Lacerda Braga em Colombo-PR (em ambos estudei no Ensino Médio), também a todas às minhas professoras e a todos os meus professores das escolas e colégios de Salvador-BA, agradeço a todas às minhas professoras e a todos os meus professores acadêmicos da UP e da UFPR. Agradeço a cada turma que conheci e tive o prazer de conviver ao longo dessa trajetória de estudos, agradeço a esta Universidade que tenho a honra de fazer parte.

Sou grata, por cada estágio obrigatório e não obrigatório que experienciei, porque me fizeram ver a realidade em espaços e contextos diferentes, cresci como ser humano empático, pois concordo com meu escritor preferido Paulo Freire: “O ser humano é um ser em busca, nunca acabado, sempre em construção e, nessa dinâmica, está também o mundo no qual se insere, e que pode ser feito e refeito a todo o momento. Enquanto existir vida, haverá a esperança de mudança” (FREIRE, 1993, p. 18).

Meus agradecimentos a todas as pessoas da nossa sociedade - graças a nós - estou me formando no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná e sou Infinitamente

Grata! Agradeço, por esses cinco anos de muito trabalho, dedicação, aprendizado, descobertas e experiências que agregaram a minha vida como um todo. Agradeço a mim mesma, pois tudo que eu pude fazer para explorar positivamente a minha vida acadêmica, eu fiz. Gratidão Infinita! “Deus é bom o tempo todo” (Dave e Jude – Filme: Deus não está morto).

E eu, Fernanda, também primeiro agradeço a Deus que me deu o sopro de vida, a crença que me faz estar de pé. Ao meu amigo e esposo Claudio que nestes anos me ajudou e me incentivou em tudo. A meu filho também Claudio e minha filha Manoela que me ensinam muito e são o motivo de eu querer me superar e ser melhor.

Aos meus pais Vanda e Antônio “*in memoriam*” que pensando no melhor para meu irmão, Alexandre “*in memoriam*” e eu, também foram estudar tardiamente o ensino médio, na época segundo grau, dando o exemplo a nós que nunca é tarde para voltar a estudar.

A minha tia e madrinha Autamira, que sempre nos ajudou, algumas vezes pagando meus estudos e outras pagando material escolar, para que eu tivesse oportunidade de como ela chegar à universidade.

A todas as professoras das escolas públicas que eu estudei, as da Universidade Federal do Rio de Janeiro e desta casa a Universidade Federal do Paraná que me ensinaram e me ensinam a melhorar como cidadã. A nossa orientadora Dra. professora Catarina Moro pela atenção, ensinamentos e dedicação. A nossa professora Dra. professora Andréa Cordeiro que esteve conosco neste ano tão difícil e o tornou mais leve, obrigada por estar na nossa banca. A minha amiga Franciane de Jesus Santa Barbara que me acompanhou em várias jornadas aqui, Fran você é uma guerreira e obrigada por sua amizade.

A todos os brasileiros que não tiveram a oportunidade de estar no meu lugar, mas pagaram e pagam pra que eu esteja aqui. Por esta razão, todos os caminhos, mesmo sendo difíceis, me ensinaram a não desistir da oportunidade que eu tive. Obrigada!

RESUMO

Nossa pesquisa teve por objetivo realizar uma análise bibliográfica relacionada ao acesso e a qualidade na Educação Infantil (EI). Para isso empreendemos uma investigação em artigos acadêmicos publicados em periódicos, num recorte temporal entre os anos de 2013 a 2020. Realizamos buscas pelos descritores: cobertura, oferta, obrigatoriedade, acesso e qualidade; cruzamos com os termos: educação infantil, creche, pré-escola, crianças de zero a três anos, crianças de quatro a cinco anos e crianças de zero a seis anos. A composição total do *corpus* em questão foi de 47 artigos selecionados. Percebemos que existem vários fatores limitantes para que as intenções de ampliação da cobertura e da qualidade da Educação Infantil sejam efetivadas, por exemplo: a falta de investimento na infraestrutura das instituições de Educação Infantil, falta de valorização dos educadores e as desigualdades socioeconômicas existentes em diversas regiões do Brasil, principalmente com ausência de oferta, justamente nas regiões mais pobres do país. Descobrimos também que outros obstáculos são: entender equivocadamente que a pré-escola é um preparatório para a escola, e também a terceirização das creches deixando a maioria nas mãos de instituições conveniadas. Assim persistem ainda inúmeros desafios a serem vencidos para que ocorram mudanças positivas relacionadas ao direito da criança o acesso e permanência na Educação Infantil de qualidade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Acesso. Qualidade. Revisão bibliográfica.

ABSTRACT

Our research aimed to carry out a bibliographic analysis related to access and quality in Early Childhood Education (EI). For this, we undertook an investigation in academic articles published in periodicals, in a time frame between the years 2013 to 2020. We conducted searches for the descriptors: coverage, offer, mandatory, access and quality; we cross-refer to the terms: early childhood education, day care, preschool, children aged zero to three, children aged four to five and children aged zero to six. The total composition of the corpus in question was 47 selected articles. We realize that there are several limiting factors for the intentions of expanding the coverage and quality of early childhood education to be carried out, for example: the lack of investment in the infrastructure of early childhood education institutions, the lack of appreciation of educators and the socioeconomic inequalities that exist in several regions of Brazil, mainly with a lack of supply, precisely in the poorest regions of the country. We also discovered that other obstacles are: misunderstanding that preschool is a preparation for school, and also the outsourcing of daycare centers leaving the majority in the hands of partner institutions. Thus, there are still countless challenges to be overcome in order for positive changes related to the right of the child to have access to and remain in quality early childhood education.

Key words: Early Childhood education. Access. Quality. Literature review.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

CAQi - Custo Aluno Qualidade.

CEB - Câmara de Educação Básica.

CF - Constituição Federal.

CNE - Conselho Nacional de Educação.

COEDI - Coordenadoria de Ética e Disciplina.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares.

EI - Educação Infantil.

LDB ou LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MIEIB - Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

PNE - Plano Nacional de Educação.

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

UFPR - Universidade Federal do Paraná.

SUMÁRIO

Introdução	04
Objetivos	07
Objetivo Geral	07
Objetivos Específicos	07
Capítulo 1- Revisão de Literatura	09
1.1. O que é Educação Infantil?	09
1.2. Breve histórico da Educação Infantil	10
1.3. Educação Infantil segundo a Legislação e as Orientações Governamentais de Âmbito Nacional	17
1.3.1. Documentos. Do que eles tratam?	20
Capítulo 2- Metodologia	28
2.1. Critérios para seleção dos artigos	29
2.2. Critérios de exclusão dos artigos	29
Capítulo 3- Resultados e Discussão	34
Considerações Finais	63
Referências	65
Apêndice	70

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a etapa educacional que abrange a faixa etária de zero a seis anos (incompletos), sendo que a creche abarca de zero a três e a pré-escola de quatro a cinco. No Brasil, por muitos anos ela fazia parte do setor de assistência social, não da educação. Isso redundou numa maior preocupação em apenas cuidar e alimentar, de forma a minimizar os efeitos da pobreza. Hoje com as conquistas decorrentes das nossas leis - Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente de 1992 (ECA), Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE) 2014 a 2024 - houve a mudança de perspectiva e a Educação Infantil está sob a responsabilidade do setor de educação. Nesse sentido, vê-se que ocorreu um bom caminho de reconhecimento das necessidades e também do respeito às potencialidades individuais de cada criança nesta fase da vida.

Inicialmente a presente pesquisa tinha como orientação levantar dados que mostrassem como o Sistema Municipal de Educação tem efetivado a cobertura das matrículas às crianças da faixa etária. Nosso intuito era investigar como a obrigatoriedade da Lei nº 12.796/2013, que visa à matrícula obrigatória na Educação Infantil para o segmento de pré-escola (crianças de quatro e cinco/seis anos), influenciou na qualidade e na oferta das matrículas de toda a Educação Infantil.

Tínhamos como alvo realizar um levantamento bibliográfico com base no que já havia sido pesquisado e publicado até o presente momento, buscando saber o grau de interesse e preocupação no meio acadêmico com os seguintes tópicos: acesso, qualidade, oferta, obrigatoriedade e a cobertura, referentes à Educação Infantil. Para isso, empreendemos buscas nos portais de pesquisas Scielo, Educ@scielo e nos Portais de Periódicos Capes. Encontramos 87 artigos, dos quais 40 estavam repetidos, assim foram selecionados 47 artigos. Num segundo momento faríamos uma pesquisa de campo nas escolas de Educação Infantil, contudo nossos planos tiveram que ser modificados por conta da pandemia da SARS-CoV-2 e o encaminhamento da pesquisa tornou a investigação um trabalho de cunho bibliográfico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu Artigo nº 29, afirma que

“A Educação Infantil é, primeira etapa da educação básica e sua finalidade é o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

A Educação Infantil é mais do que uma fase propedêutica ou transição para a escolaridade formal. Ela faz parte de todo o processo holístico que considera o desenvolvimento cognitivo, físico, social e emocional de uma criança (ABUCHAIM, 2018). É muito mais que uma preparação para vida ou para escolaridade, pois ela traz em si a importância da valorização das crianças e de seus processos educacionais, bem como, o respeito aos seus direitos sociais e reconhecimento do valor desta etapa da vida (CORRÊA, 2011).

Com a Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, ficou demarcado o primeiro grande entendimento sobre os direitos humanos e trata particularmente das crianças notadamente como ser de puerilidade física e intelectual, portanto, precisa ser tratada de forma especial. Esta consciência tem invadido o entendimento de diversas gerações, chegando até hoje à crença de que a criança é um ser especial e necessita de cuidado. A Constituição Federal de 1988 que assevera como absoluta prioridade o direito à Educação, entre outros. (BRASIL, 1988) Apesar disso, na cultura brasileira ainda existe o entendimento de que em uma creche a criança precisa apenas ser cuidada em suas necessidades básicas, somente de forma higienista (BOBBIO, 1992 p. 99 apud CAMPOS, 1999 p.119).

As leis brasileiras foram evoluindo nas questões educacionais e sociais quando foram agregadas aos conhecimentos desenvolvidos em psicologia, sociologia, antropologia e biologia, no que se refere ao aprendizado humano. O desenvolvimento delas também se deve às influências dos parâmetros mundiais, no quesito ao atendimento às crianças.

Atualmente, apesar de um aumento significativo na taxa de atendimento às crianças de até seis anos, se considerarmos os últimos 40 anos, ainda convivemos com a falta de vagas para muitas crianças e com a baixa qualidade da oferta educativa tanto de entidades privadas de ensino, como das públicas. (CAMPOS, 2013 p.24 apud PASCHOAL, 2018 p.772) Também se verifica uma intensa desigualdade experimentada por crianças pobres, pretas e de áreas rurais, as quais têm menos acesso à educação em comparação às de famílias mais abastadas, brancas e que moram nas áreas urbanas. Tais

dados contrariam o que defende a LDB, de 1996, quanto ao direito de todos a uma educação pública, laica e de qualidade (CAMPOS, 2013 p. 24).

Diante do exposto, reconhecendo a importância de melhor compreender o que as pesquisas em âmbito acadêmico têm revelado sobre qualidade e acesso à Educação Infantil, optamos por sistematizar um levantamento bibliográfico com base no que tem sido pesquisado, até o presente momento, no que tange ao acesso e à qualidade na interface com as questões da oferta, da obrigatoriedade de matrícula para as idades de quatro e cinco anos e da cobertura de vagas. Assim, a seguir indicamos nossos objetivos com a presente pesquisa de Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar por meio de pesquisa bibliográfica como a produção acadêmica nacional tem pautado a questão do acesso, da qualidade da oferta educativa, da oferta e cobertura e da obrigatoriedade com vistas à universalização da Educação Infantil, no segmento pré-escola.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Observar a relevância do tema de interesse da pesquisa no meio acadêmico, considerando o quantitativo de trabalhos levantados e as temáticas mais recorrentes.

Verificar como tem sido a distribuição das produções entre os anos pesquisados (2013 a 2020), nos portais relativos a periódicos - ScieLO, Educ@ScieLO e Periódicos CAPES.

Levantar quais Universidades, por intermédio de seus cursos de pós-graduação e núcleos de pesquisa, tem se ocupado destes temas.

Levantar quais periódicos tem publicado artigos sobre estes temas.

Desvelar as questões mais importantes indicadas nestas produções acadêmicas sobre obstáculos e perspectivas para melhoria da oferta da Educação Infantil, relativamente aos aspectos qualitativos como quantitativos.

Encerrando esta breve Introdução, apresentamos a organização estrutural do TCC.

No Capítulo 1, do qual faz parte a nossa revisão de literatura, organizamos o conteúdo em subcapítulos, sendo os três seguintes: 1.1. O que é Educação Infantil; 1.2. Um breve histórico da Educação Infantil e 1.3. Educação Infantil segundo a Legislação e as Orientações Governamentais de Âmbito Nacional.

No Capítulo 2, nos interessa expor a metodologia da pesquisa bibliográfica que realizamos. Abrangendo os itens: 2.1. Critérios de seleção e 2.2. Critérios de exclusão.

No Capítulo 3, seguinte, trazemos os resultados que encontramos após um extenso levantamento que nos fez encontrar nas primeiras buscas, 91 artigos. A quantidade elevada de material levantado e a inexperiência com pesquisa, incluindo a

dessa natureza, fez com que o tempo utilizado no levantamento fosse bastante longo e exaustivo. Aos poucos fomos criando o refinamento necessário e descartando grande parte dos primeiros trabalhos levantados, para assim termos uma parte significativa e representativa das questões que nos interessavam. Através da leitura dos artigos que selecionamos, o nosso levantamento mostrou um panorama nacional do que tem sido publicado sobre acesso à qualidade na Educação Infantil, servindo de referência bibliográfica.

Ao final nas Considerações tecemos algumas questões que se destacam como prementes e que podem se colocar no movimento de novas pesquisas da área no intuito de um melhor conhecimento, de mais registros que impactem na melhoria do campo da Educação Infantil como prática social que deveria atender a todas as crianças que vivem no território nacional, seja pela demanda ativa por vaga em creche, seja pela compulsoriedade da matrícula no segmento da pré-escola.

CAPÍTULO 1 - REVISÃO DE LITERATURA

1.1. O QUE É EDUCAÇÃO INFANTIL?

A Educação Infantil é o primeiro período ou etapa educacional formal, prevista pela Constituição Federal de 1988, em que a criança de zero a seis anos de idade tem pleno direito humano e social de participar. Exatamente por ser constitucional não poderá existir qualquer tipo de discriminação por parte da instituição de ensino como requisito para a matrícula, nem de cor, etnia, origem geográfica, gênero, incapacidade física ou mental. Ela deve ser ofertada fora do ambiente domiciliar, em creches e pré-escolas, que podem ser municipais, conveniadas ou filantrópicas, em turnos matutino, vespertino ou integral.

A afirmação da Educação Infantil, em lei, é decorrente das lutas trabalhistas, principalmente das mulheres, o que trataremos mais tarde. Apesar disso, ela é um direito subjetivo da criança, ou seja, do sujeito ou da pessoa individualmente, por isso não está condicionada ao trabalho dos pais.

Em 1996, por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ela foi incorporada à Educação Básica, ou seja, ao Sistema Educacional. Antes disso fazia parte da Assistência Social.

Devido à criança ser o seu principal ator e sendo ela a principal personagem da construção social chamada infância, surgiram diferentes tipos de compreensão a seu respeito. Em diferentes períodos históricos as crianças foram vistas como pequenos adultos e exerceram funções trabalhistas adaptadas a elas. Hoje sua condição de infância é garantida por lei (AMARAL 2005 p.5 *apud* CORSARO et al ,1997).

Por serem pequenas e sensíveis, as crianças também já foram consideradas apenas como pessoas que careciam somente de cuidados, por isso, sendo interpretadas como pouco valiosas, chegando a serem excluídas ao nascerem por seus pais em situação social e econômica precárias, não era incomum, deixar suas crianças ao nascerem, em locais chamados Roda dos Expostos/Excluídos, uma caixa giratória localizada no muro de instituição que a acolheria. (AZEVEDO e MENDES, 2017 p. 84). Tais instituições de cuidados com as crianças eram geralmente de cunho assistencial e protetivo, geralmente direcionados às crianças pobres, e dirigidas por religiosos ou mulheres caridosas. O Estado gradualmente foi levado a elaborar leis regulatórias sobre as rodas dos expostos e só no fim do século XIX surgem as primeiras leis de proteção jurídica e as primeiras

alternativas de atendimento institucionalizadas. (AZEVEDO e MENDES, 2017 p. 84).

Por muitos anos as crianças no Brasil e no mundo eram assistidas em instituições apenas nas suas necessidades básicas de higiene, alimentação e controle do corpo. As instituições atuavam de forma filantrópica e compensatória, sendo estruturadas visando interesses políticos, médicos e religiosos (KUHLMANN Jr., 2010, p.77). Elas atuavam de forma a cumprir uma doutrina higienista e sua principal função era minimizar a pobreza e a marginalidade.

Atualmente com o conhecimento produzido pelas várias ciências humanas e de saúde, e por pesquisas pedagógicas, compreende-se a importância do desenvolvimento motor, físico, intelectual desde o nascimento dos seres humanos. As teorias progressistas veem a infância como uma fase de suma relevância para o desenvolvimento dos aspectos psicomotores que balizam os demais processos de construção de conhecimento (MARTINS, 2016, p. 28-29). Tais conhecimentos asseveram que a Educação Infantil deve promover um meio apropriado para o desenvolvimento, incluindo o educar, sem, contudo, excluir o cuidar.

1.2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme abordamos anteriormente, as primeiras instituições que acolheram as crianças excluídas, e geralmente pobres, eram como “orfanatos”. Não existia a ideia de educação para crianças ou bebês, mas somente um lugar para livrá-los da exclusão completa, e até da morte. Essas entidades existiam com o intuito de compensar as mazelas da sociedade. Neste pensamento, de somente tirá-las da exclusão, foi criada no Rio de Janeiro, em 1871, a *Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida*. Esta instituição arrecadava fundos para manter as crianças pobres. (KUHLMANN JR., 2000a, p. 474).

Posteriormente, em 1883, foi criada a Associação Protetora da Infância Desamparada, uma das primeiras instituições que se preocupou com a infância na esfera nacional. Outra organização importante foi a Associação das Damas da Assistência à Infância, parceira do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. Em 1899, no Rio de Janeiro, ocorreu a criação da primeira creche brasileira para filhos de operários (TATAGIBA, 2011 p.149).

Em 1908 foi fundada a creche Sra. Alfredo Pinto, que atendia os filhos das empregadas domésticas (KUHLMANN JR. 2000a, p. 474).

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1934 previa em seus artigos a obrigatoriedade da existência de um lugar “apropriado”, para os filhos ou filhas das mães que trabalhassem em local onde houvesse ao menos 30 mulheres. Este local deveria ficar sob vigilância e assistência, durante o período de amamentação, até que a criança completasse seis meses de idade. A mãe tinha o direito de dois descansos especiais, de meia hora cada um, para amamentar seu filho, durante o expediente. Caso a criança necessitasse, por questões de saúde, esses seis meses eram prorrogados. Ela também previa a possibilidade de convênios com creches para o atendimento dos bebês das funcionárias (CAMPOS, 1999, p.120).

Devemos lembrar também que o surgimento embrionário da Educação para crianças, ainda não denominado Educação Infantil, esteve ligado ao advento do trabalho feminino e subordinado aos fatores históricos como ingresso do capitalismo e mundialização, assim como as políticas sociais, implicitamente ligados às conquistas sociais no nosso país (TATAGIBA, 2011 p.147).

Embora tenham ocorrido conquistas importantes, como o direito das mães de amamentarem seus filhos e suas filhas nos intervalos da jornada de trabalho, isso não era cumprido na sua integralidade e somente em 1960 começaram a existir instituições que realmente acolhiam as crianças enquanto seus pais trabalhavam (AZEVEDO e MENDES, 2017 p. 84).

Outro fato que motivou a criação de entidades para criança foi a segunda Guerra Mundial, que influenciou o governo militar de Getúlio Vargas, em 1942, a criar a chamada Legião Brasileira de Assistência (LBA), com a intenção de amparar os filhos de ex-combatentes, constituindo uma estratégia também populista, lógica deste governo. Esta entidade mantinha o objetivo igualmente assistencial (FONSECA e ALMEIDA, 2016 p. 126 e 127).

Posteriormente, em 1977, a LBA implantou o Projeto Casulo, que consistia em creches atuando com trabalho voluntário, começando em alguns estados e depois se espalhando por todo o país. Este projeto possuía o intuito de prevenir a marginalidade de crianças, desejando diminuir a pobreza no futuro, porém desejava contar com o controle do Estado, baseado na teoria de que os pobres devem ser ensinados a criar seus filhos. (TATAGIBA, 2011 p.152). Estes eram os primórdios da Educação Infantil, baseados na preocupação com o cuidar.

Porém, com a intenção de preparar as crianças para a escolaridade formal, algumas famílias classe média já tinham seus filhos em Jardins de infância, desde 1875,

que foram inspirados nas proposições do alemão Froebel. Para afirmar o movimento da pré-escola, o Ministério da Educação e Cultura – MEC, em 1970, cria uma Coordenação de Educação Pré-escolar, intencionando preparar as crianças para a escolaridade (TATAGIBA, 2011 p.150).

Mais adiante, em resposta aos clamores públicos, e com o fim da Ditadura Militar, o país iniciou o novo ciclo e com ele promulgou uma nova Constituição Federal, a de 1988. Ela é um marco para as leis sociais e, reconhecida como Constituição Cidadã. Em seu art. 205 ela diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Houve também uma reformulação nas leis referente ao direito das crianças maiores. Anteriormente a única lei referente a esta faixa etária era a de 1979, designada Código de Menores, que focava o menor em suas penalidades segundo CUSTÓDIO e VERONESE, (2009 p. 68 apud MULLER, 2011). Posteriormente houve a efetivação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, seguido da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, que tinha como foco os seus direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 4º diz o seguinte:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Em seu parágrafo único ele diz:

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: **a)** primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; **b)** precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; **c)** preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; **d)** destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Também na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) não existia a definição do conceito de Educação Infantil. (BRASIL, 1961) Em 1996, no governo do

Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi sancionada a LDB 9.394, (BRASIL, 1996) daquele ano segundo (AZEVEDO e MENDES, 2017 p.84). A LDB em seu Art. 29 ela passa a reconhecer a Educação Infantil como parte da Educação Básica do cidadão, conforme segue:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Pensando no pleno desenvolvimento da criança, o Ministério da Educação promoveu uma ampla participação popular com encontros entre pesquisadores e trabalhadores. A intenção era que este grupo fomentasse alguns critérios de qualidade para a Educação Infantil. O resultado foi a criação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), em 1998, (MEC, 1998) constituindo-se em parâmetros curriculares, porém sem caráter obrigatório. No ano seguinte foi criada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), (MEC, 2009) esta sim, de caráter obrigatório, coloca a criança no centro da elaboração dos currículos, porém não tiveram muita repercussão nas creches ou pré-escolas.

No dia seis de fevereiro de 2006 foi sancionada a Lei nº 11.274, que ampliava o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e estabelecia prazo de implantação até 2010 (BRASIL, 2006).

Devido ao viés capitalista, houve uma ampliação do tempo escolar de oito para catorze anos, pois a expansão faz parte dos programas de inclusão social inspirado na teoria do capital humano que visa focar na produção de valor econômico nos seres humanos. (MELHUIISH, 2013 p.144) Focando nos “grupos vulneráveis”, ou “minorias”, em que se compreende a pré-escola pública com a lógica burguesa, a qual traz a possibilidade de redenção das questões sociais pelos indivíduos. Podemos ver nitidamente que ainda perdura a ideia de compensação assistencialista: se a criança é pobre vamos compensar com a pré-escola, com atividades, estímulos, porque assim a criança não se perderá socialmente e não poderá, segundo autores, prejudicar a sociedade na qual está inserida. Essas ideias são oriundas de uma sociedade capitalista e um pensamento econômico do Banco Mundial. Para justificar essa questão segundo (LAMERE, 2018, p. 789) ressalta em sua pesquisa “a ideia de inclusão social”, a qual é

voltada para quesitos econômicos:

Reiteramos que essa concepção é pautada em uma lógica de educação da primeira infância que supervaloriza os seguintes aspectos: o homem é compreendido como um ser social somente pelo fato de viver em uma sociedade, pois o que importa é a sua individualidade que precisa ser valorizada na sua diferença e especificidade independente dos outros; a aprendizagem decorre das experiências individuais, portanto, cabe à escola oportunizar espaços para que os indivíduos desenvolvam as suas competências. Nesse sentido, questionamos os preceitos da Lei n. 12.796/2013 (BRASIL, 2013), em que a obrigatoriedade da pré-escola se insere, tendo em vista a própria ideia de cidadania ampliada, uma vez que, de forma contraditória, o modo de produção capitalista tem efetivado concessões adequadas às circunstâncias históricas necessárias à hegemonia do capital. (LAMARE, 2018, p. 789).

O que afirmou este aumento da obrigatoriedade de escolarização em nosso país foi a aprovação da Emenda Constitucional - EC - nº 59/2009, (MEC, 2009) a qual determina que até 2016 as redes de ensino deveriam oferecer uma Educação Básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos (MEC-BRASIL, 2009), e com isso todas as crianças devem ser matriculadas e devem frequentar a pré-escola. Essa questão traz o julgamento da incapacidade das famílias dessas crianças de cuidarem delas e que frequentar uma instituição de ensino trará a socialização e a inclusão social (LAMARE, 2018, p. 789-790).

Neste movimento da melhoria econômica pela educação, com ajuda da sociedade, o governo de Fernando Henrique Cardoso fomentou as conexões público privadas com atributos de políticas neoliberais, unindo a iniciativa privada para colaborar nas políticas públicas, neste contexto foi criado em 1996 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef- LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996), sendo substituído, após dez anos, pelo Fundo de Manutenção da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb-Lei nº 11.494 - planalto.gov.br), em 2007 (BRASIL, 2007).

O Fundeb é uma contribuição por meio de um fundo na esfera estadual obtido pela junção de 26 fundos decorrentes de impostos e transferência dos estados, DF e municípios por força da Constituição Federal no art. nº 212, com a qualificação de suplementar por intermédio de uma quota de receitas e se ela não obtiver o valor mínimo por aluno acordado nacionalmente, todo recurso gerado é redistribuído para ser aplicado na educação básica. Ele é 20% das receitas abaixo:

Fundo de Participação de Estados e Distrito Federal (FPE); Fundo de

Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPI exp), proporcional a essas tributações; Desoneração das Exportações; sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação (ITCMD); Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Cota parte de 50% do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) devida aos municípios; Receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Sabemos que na letra da lei e realmente é efetivado no dia a dia na Educação Infantil há uma grande diferença, entre o que é legal e o que é real, há uma grande distância, contudo, sem a orientação da Lei, não teríamos nada para nos guiar. Lembremos também que, atualmente, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, estabelece padrões de qualidade contidos nas suas 20 metas com uma data de dez anos para seu cumprimento (2014-2024) são elas:

META 1 - Educação Infantil - Até 2016, todas as crianças de 4 a 5 anos de idade devem estar matriculadas na pré-escola. A meta estabelece, também, a oferta de Educação Infantil em creches deve ser ampliada de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

META 2 - Ensino Fundamental- Até o último ano de vigência do PNE, toda a população de 6 a 14 anos deve ser matriculada no Ensino Fundamental de 9 anos, e pelo menos 95% dos alunos devem concluir essa etapa na idade recomendada.

META 3 - Ensino Médio- Até 2016, o atendimento escolar deve ser universalizado para toda a população de 15 a 17 anos. A meta é também elevar, até o final da vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

META 4 - Educação Especial/Inclusiva - Toda a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ter acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

META 5 - Alfabetização - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Atualmente, segundo dados de 2012, a porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em leitura é de 44,5%. Em escrita, 30,1% delas estão aptas, e apenas 33,3% têm aprendizagem adequada em matemática.

META 6 - Educação integral - Até o fim da vigência do PNE, oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

META 7 - Aprendizagem adequado na idade certa - Estimular a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

META 8 - Escolaridade média - Elevar, até 2013, a escolaridade média da

população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

META 9 - Alfabetização e alfabetismo de jovens e adultos - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

META 10 - EJA integrada à Educação Profissional - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Os dados de 2012 apontam que apenas 0,7% dos alunos do EJA de Ensino Fundamental têm esta integração. No Ensino Médio, a porcentagem sobe para 2,7%.

META 11 - Educação Profissional - Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Em 2012, houve 1.362.200 matrículas nesta modalidade de ensino. A meta é atingir o número de 4.086.600 de alunos matriculados.

META 12 - Educação Superior - Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

META 13 - Titulação de professores da Educação Superior - Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

META 14 - Pós-graduação - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

META 15 - Formação de professores - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

META 16 - Formação continuada e pós-graduação de professores - Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

17 - Valorização do professor - Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência do PNE.

META 18 - Plano de carreira docente - Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso

salarial nacional profissional, definido na Constituição Federal.

META 19 - Gestão democrática - Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

META 20 - Financiamento da Educação - Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência da lei do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Na meta 1 do PNE, que visava atender até 50% das crianças de até três anos e universalizar a Educação Infantil na pré-escola para crianças de quatro a cinco anos, até 2016. Percebendo que esta meta não se cumpriu cabalmente, demos início à nossa pesquisa, visando averiguar o que foi publicado a este respeito. Assim, organizamos daqui em diante, os documentos nacionais, produzidos e publicados no âmbito do MEC, que corroboram para a efetivação do acesso à Educação Infantil com qualidade, que serviram de base para nós.

1.3. EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO A LEGISLAÇÃO E AS ORIENTAÇÕES GOVERNAMENTAIS DE ÂMBITO NACIONAL

Em 2020, segundo o Ministério da Educação (MEC), as matrículas na Educação Infantil aumentaram 12,6% em relação ao ano de 2018, segundo dados do Censo Escolar de 2019, realizado pelo Instituto Nacional Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao MEC. (BRASIL, 2020). Contudo, o relatório de 2018 afirma que só conseguiu alcançar 36% das crianças brasileiras em idade de creche, ou seja, uma média de 1,5 milhão de crianças brasileiras ou residentes no país permaneceu sem direito à creche. (BRASIL, 2020).

Dados preocupantes, pois mesmo com aumento de 12% desde 2018 ainda há muitas crianças sem creches, não sabemos o que irá acontecer após a pandemia, com empresas quebradas e pessoas sem empregos, podendo repercutir no aumento da procura por creches municipais que já realizam a maioria dos atendimentos segundo (TATAGIBA, 2011 p.161 e 168). Permanece a pergunta: os municípios estarão preparados para tais efetivações de matrículas?

Uma novidade positiva para o futuro da educação básica foi a aprovação do novo Fundeb, que passou a ser permanente e terá um aumento gradativo da contribuição do

governo depois de muita luta.

Com a elaboração de documentos que regulam a Educação Infantil e a sua prática, podemos vislumbrar uma luz no fim do túnel. Estes documentos têm sido produzidos com o intuito de mostrar um caminho na melhoria da Educação Infantil, tornando-a capaz de valorizar e respeitar as crianças neste processo. Balizadores práticos, muitas vezes didáticos e de simples entendimento, foram listados por Moro, e Souza (2018, p 82,83 e 84) que expressa desta forma abaixo quais os aspectos foram sendo pautados nos muitos documentos:

Dentre os aspectos tratados por tais documentos, destacam-se as seguintes dimensões: infraestrutura das instituições de educação infantil; propostas e práticas pedagógicas; relação família-instituição; diversidade étnico cultural; formação de professores; gestão; recursos pedagógicos; oferta em áreas urbanas e rurais; entre outros. Verifica-se que num espectro de pouco mais de 15 anos produziu-se no Brasil, em âmbito federal, um volume significativo de documentos orientadores e de estudos acerca da relação qualidade - projeto pedagógico - direito das crianças pequenas à educação.

Quadro 1 Lista de documentos orientadores e de estudos acerca da qualidade da Educação Infantil, produzidos em âmbito estatal.

Quadro 1: Documentos orientadores

ANO	TÍTULO DO DOCUMENTO
1995	Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.
1998	Subsídios para credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil (material suspenso e substituído pelo de Política Nacional, de 2005).
1998	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI).

2005	Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.
2006	Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil e parâmetros básicos de infraestrutura dos estabelecimentos de educação infantil.
2009	Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil.
2009	Política de educação infantil no Brasil: relatório de avaliação.
2009	Indicadores da qualidade na educação infantil.
2009	Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/09).
2012	Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial.
2012	Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais.
2012	Oferta e demanda de Educação Infantil no campo.
2012	Educação Infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação.
2013	Relatório do monitoramento do uso dos indicadores da qualidade na educação infantil.
2013	Monitoramento do uso dos indicadores da qualidade na educação infantil – resumo executivo.
2014	Instrumento de acompanhamento da expansão da oferta da educação infantil, urbana e rural.

2015	Diretrizes em Ação: qualidade no dia a dia da Educação Infantil.
2015	Contribuições para a Política Nacional: avaliação da Educação Infantil a partir da avaliação de contexto.
2015	Educação Infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas.
2016	Literatura na Educação Infantil: acervos, espaços e mediações.

Fonte: Retirado de Moro (2018), no livro Educação infantil: Construção de sentido e formação. (MORO; SOUZA, 2018).

1.3.1. Documentos. Do que eles tratam?

1995 - Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.

Este documento foi redigido pelas professoras ROSEMBERG; CAMPOS, 1995, sendo por elas dividido em duas partes. A primeira fala sobre as condutas do dia a dia das creches e a segunda estabelece as orientações e os regulamentos de como deve ser o seu financiamento, tanto nas públicas como nas privadas. Ele foi anteriormente preparado em Belo Horizonte e levado para análise e discussão no 1º Simpósio Nacional de Educação Infantil, em Brasília. Depois, em 1994, foi levado para São Paulo com apoio do MEC, a fim de se estabelecer a sua segunda versão. Sendo publicado em 1995 pelas autoras, mas o MEC lançou uma segunda versão com afirmações práticas para atuação nas creches em 2009.

1998 - Subsídios para credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil (material suspenso e substituído pelo de Política Nacional, de 2005).

O documento foi realizado com intenção de balizar a execução e os critérios para as instituições de Educação Infantil. Foi incentivado pela LDB para garantir padrões básicos de atendimento na Educação Infantil, por ela ter sido incluída na educação básica. Era dividido em três partes. Na primeira trazia fundamentos legais e princípios para basear o funcionamento. Na segunda apontava princípios gerais sobre a Educação infantil. E na sua terceira parte apresentava as orientações para gestão, formação dos

profissionais e propostas pedagógicas. O próprio documento, em sua apresentação, afirma que foi elaborado por:

Conselheiros representantes dos Conselhos de Educação de todos os Estados e do Distrito Federal, com a participação de representantes da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, de membros convidados da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de consultores e especialistas, sob a coordenação de dirigentes do MEC, busca contribuir para a formulação de diretrizes e normas para a educação infantil no Brasil. (BRASIL, 1998).

1998 - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Este referencial encaminhou práticas pedagógicas aos docentes, para atuação na EI, respeitando as diferenças culturais brasileiras. Ele traz em seu conteúdo a divisão por faixa etária, o que facilita a sistematização de um currículo para as crianças, respeitando suas respectivas idades.

Foi lançado pelo MEC em 2000 e é dividido em três partes: Introdução; Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo.

Não era de caráter obrigatório, mas consistia em orientações, sugerindo o que devia ser ensinado para as crianças.

2005 - Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.

Foi elaborado em 2003 para concepção de políticas públicas que atendessem crianças de 0 a 6 anos, de forma coletiva e democrática, com participação de diversos setores da sociedade envolvidos com a educação, tais como:

As secretarias municipais de educação e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), oito seminários regionais (nas capitais: Belo Horizonte, Natal, Belém, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Goiânia e Manaus) para a discussão do documento preliminar.

A preocupação do MEC com os direitos das crianças e a crescente busca por matrícula desta faixa etária o fez elaborar cláusulas para indicar como deveriam ser respeitados tais direitos.

2006 - Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e Parâmetros Básicos de Infraestrutura dos Estabelecimentos de Educação Infantil.

Os Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil foram criados pelo MEC também com a participação de vários setores da sociedade ligados à educação. Foi feito para gestores, professores e todos que trabalham com a EI, como famílias e responsáveis. Aponta como os profissionais envolvidos no processo educacional devem atuar de forma democrática, bem como devem avaliar as políticas públicas de educação para crianças de zero a cinco anos.

Os parâmetros básicos de infraestrutura dos estabelecimentos de Educação Infantil é o segundo volume deste documento. Ele encaminha a parte estrutural que as creches e pré-escolas devem ter. Como exemplo, temos: água, esgoto sanitário e energia elétrica, que podem comprometer o desenvolvimento global das crianças.

2009 - Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil.

Material elaborado para orientar os municípios sobre os critérios adotados para as instituições conveniadas. Ele relata que foi elaborado em conjunto com:

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Movimento de Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), Orientações sobre convênios para a oferta da educação infantil Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O grupo iniciou seus trabalhos em novembro de 2007, e após estudos e análises elaborou a versão preliminar deste documento, com o objetivo de subsidiar o debate realizado nos seminários regionais transcorridos no período de agosto a setembro de 2008.

2009 - Política de Educação Infantil no Brasil: relatório de avaliação. É um projeto de avaliação que a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desenvolveram, onde escolheram vários países que pudessem participar. O Brasil foi um dos convidados. Ele contém três partes: Primeiramente o Relatório de Avaliação da Política de Cuidado e Educação da Primeira Infância no Brasil, que o MEC divulgou no site da UNESCO. Na segunda parte possui textos que serviram de base para o estudo. Em sua terceira parte a atualização dos dados das informações, pois havia sido realizado em 2006 e publicado somente em 2009.

Teve o apoio e participação do Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A avaliação foi elaborada em quatro enunciações: as competências das instâncias governamentais, os indicadores de acesso e condições de oferta, a qualidade e o financiamento (BRASIL, 2009).

O MEC tornou claro o resultado para servirem de sugestão para elaboração de políticas públicas, bem como para servirem de pesquisas acadêmicas.

2009 - Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.

É um documento de autoavaliação da qualidade das entidades de EI e conta com a participação da comunidade escolar. Ele foi elaborado pela coordenação do Ministério da Educação, por meio da Secretaria da Educação Básica, da Ação Educativa, da Fundação Orsa, da Undime e do Unicef. Seu propósito é que as instituições realizem práticas educativas que respeitem o direito das crianças. Lemos nele que a sua criação foi por:

Um Grupo Técnico, composto por representantes de entidades, fóruns, conselhos, professores, gestores, especialistas e pesquisadores da área, que se reuniu ao longo de um ano para elaborar a primeira versão. Essa versão foi discutida e alterada em 8 (oito) Seminários Regionais e, após a incorporação das sugestões, foi pré-testada em instituições de educação infantil, públicas e privadas, de 9 (nove) unidades federadas: Pará, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, São Paulo e Paraná. (BRASIL, 2009, p. 9).

2009 - Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/09).

Constituem-se em diretrizes detalhadas que direcionam por meio de princípios que regem a forma pela qual as escolas se organizam. Serve para a elaboração de currículos e conteúdo, porém a escola tem autonomia na hora de formular as suas propostas, tendo uma base a ser respeitada. Uma das suas premissas é o respeito à língua materna e identidade étnica.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Básica (CEB) são quem determinam as diretrizes para toda a educação.

2012 - Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial. Este documento visa dar suporte aos professores da EI, e às Secretarias de Educação, para implementarem as diretrizes curriculares, a fim de trabalharem as questões étnico raciais.

Conforme a LDB se deve priorizar o estudo da história afro brasileira e indígenas antes de outras culturas, pensando no ambiente e espaços para que todos os detalhes promovam a igualdade racial. Ele apresenta dois eixos principais: a identidade afro-brasileira e o patrimônio cultural. Este mais ligado às práticas existentes na EI.

2012 - Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais.

Este documento foi realizado, em parceria com a UFSCar com apoio da Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI), Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério de Educação e Cultura (MEC). Apresenta os parâmetros a serem trabalhados no ensino, com práticas que promovam a igualdade racial e étnica na EI, visando promover atitudes no dia a dia, desde os bebês. Indica também conceitos internacionais e bases jurídicas preocupadas com a igualdade racial, a fim de que as pessoas envolvidas na EI obtenham conhecimentos a respeito das questões étnicas raciais e não cometam erros por desconhecê-los.

2012 - Oferta e demanda de educação infantil no campo.

Livro preocupado com a edificação do conhecimento concernente à educação de crianças de zero a seis anos residentes nas áreas rurais. Foi elaborado através de cooperação técnica estabelecida entre o MEC e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Assegura que seus objetivos foram traçados a partir de:

Pesquisa bibliográfica da produção acadêmica nacional sobre educação infantil das crianças residentes em área rural; estudo quantitativo de dados secundários; estudo das condições de oferta da educação infantil das crianças de área rural por meio do envio de questionários a uma amostra de 1.130 municípios; coleta de dados qualitativos em 30 municípios localizados nas cinco regiões geográficas do país.

Foi desenvolvido por grande grupo de pesquisadores e assim foi organizado:

Em cinco núcleos regionais, coordenados de acordo com o critério de abrangência regional: Norte-UFPA; Nordeste-UFGG; Sudeste-UFMG; Sul UFRGS; Centro-Oeste-UNEMAT. Participaram ainda diferentes consultores especialistas, além de representantes do Movimento Interfóruns de Educação Infantil Brasileiro – MIEIB, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

2012 - Educação Infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação.

O documento reúne um grupo de trabalho de avaliação da EI que produziu diretrizes para avaliar esta etapa educacional. Surgiu da carência de incluir a EI nas formulações sobre a Política Nacional de Avaliação da Educação Básica, por conta da particularidade desta faixa etária.

2013 - Relatório do Monitoramento do Uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.

Este relatório consiste na divulgação do monitoramento, demonstrando se o uso dos indicadores está acontecendo, e de que forma ocorre. Assim, visa contribuir com as Secretarias Municipais de Educação apresentando a melhor forma de aprimorar as condições de atendimento para alcançar os indicadores.

2013 - Monitoramento do Uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil – Resumo Executivo.

Este documento foi o resumo do resultado do mapeamento para mostrar de que forma os indicadores de qualidade foram pertinentes e quais foram as suas diversas formas de usos.

2014 - Instrumento de Acompanhamento da Expansão da Oferta da Educação Infantil, Urbana e Rural.

O documento tem a finalidade de acompanhar a expansão da oferta da EI, a partir da Meta 1 do PNE e da Emenda Constitucional 59/2009, entre outros, com força de Lei. Ele foi organizado em quatro partes:

Na primeira, a partir de uma breve síntese da literatura sobre a questão, levantam-se as principais macro tendências que vêm sendo assinaladas na oferta da educação infantil brasileira, bem como pontos observados e aventados referentes ao impacto na educação infantil da implementação da obrigatoriedade do ensino pré-escolar; na segunda, efetua-se uma ponderação sobre possibilidades e limites das bases de dados que coletam informações educacionais – censos demográficos, pesquisas nacionais por amostra de domicílio (PNADs e PNADCs), censos escolares – para sustentar a elaboração dos indicadores de acompanhamento; na terceira, encontra-se a proposta de plano tabular para acompanhamento e indicações de desdobramentos; na quarta, indica-se um cronograma.

Seu intento é observar os padrões da oferta e seus impactos decorrentes da obrigatoriedade de quatro a cinco anos.

2015 - Diretrizes em Ação: Qualidade no dia a dia da Educação Infantil. Seu objetivo seria corroborar com todos que trabalham com a EI no suporte das propostas curriculares que coloquem a criança como centro do processo educacional. Como tal, as crianças devem ser observadas em suas interações e respeitadas em suas particularidades, assim como, ajudando a organizar o ambiente para proporcionar experiências que as enriquecem e valorizam.

2015 - Contribuições para a Política Nacional: Avaliação da Educação Infantil a partir da avaliação de contexto.

É um livro produzido pela UFPR e outras Universidades, buscando apresentar o conceito de avaliação da EI por meio da consideração do contexto, ou seja, que se vincula a todas as dimensões do dia a dia, e leva em conta todos os atores que influenciam na EI, tanto de dentro quanto de fora. Tais conceitos não estão centrados em avaliar a criança, mas, sim, tudo que permeia o processo educativo dela.

2015 - Educação Infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas. Este documento visa conhecer os resultados decorrentes da educação integral para crianças do EI e de suas famílias, bem como na vida de todos os entes envolvidos no processo educacional. Realizado em parceria entre a Universidade Federal do Espírito Santo, a SEB e as Secretarias Municipais de Educação, no intuito de partilhar experiências para futuros debates sobre o tema.

2016- Literatura na Educação Infantil: acervos, espaços e mediações. Esta obra visa investigar a EI como formadora de leitores. Esta impressão reúne alguns textos que foram apresentados num seminário em Belo Horizonte (Seminário Internacional de Literatura na Educação Infantil: acervos, espaços e mediações), em maio de 2014.

Os documentos citados são referências para o melhor atendimento na EI e conjuntamente com algumas metas do PNE que recomenda a avaliação das instituições de atendimento da EI para efetiva manutenção da qualidade do oferecimento, tal como, da infraestrutura. Alguns são consultados e servem de orientação contínua na elaboração de um currículo que respeite as crianças, assim como, um meio pelo qual sejam exigidos

pela sociedade civil para o seu concreto emprego. (MORO; SOUZA, 2018 p.86).

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

A presente pesquisa envolveu o levantamento bibliográfico e análise das produções acadêmicas dos anos de 2013 a 2020, publicadas em periódicos nas plataformas: ScieLO, Educ@scielo e o Portal de Periódicos da CAPES, para buscar compreender parte da produção acadêmica nacional em relação aos temas: acesso, qualidade, oferta, obrigatoriedade e cobertura na Educação Infantil.

Partimos para a pesquisa por artigos em periódicos nas plataformas citadas acima com cruzamentos de dois grupos de descritores, o primeiro: Qualidade; Obrigatoriedade; Acesso; Oferta e Cobertura. Cada um destes descritores citados anteriormente cruzam com o segundo grupo de descritores os quais são: “Educação Infantil”, Creche, Pré-escola, Criança de 0 a 03 anos, “Criança de 0 a 03 anos”, Crianças de zero a três anos e “Crianças de zero a três anos”; Criança de 04 a 05 anos, “Criança de 04 a 05 anos”, Crianças de quatro a cinco anos e “Crianças de quatro a cinco anos”; Criança de 0 a 06 anos, “Criança de 0 a 06 anos”, Crianças de zero a seis anos e “Crianças de zero a seis anos” (ver Quadro 2).

Quadro 2: Quadro dos descritores

Descritores 1	Descritores 2
<ul style="list-style-type: none">● A: Qualidade● B: Obrigatoriedade● C: Acesso● D: Oferta● E: Cobertura	<ul style="list-style-type: none">· “Educação Infantil” (A, B, C, D, E) *.· Creche (A, B, C, D, E).· Pré-escola (A, B, C, D, E)· Crianças de 0 a 3 (A, B, C, D, E) **.· Crianças de 4 a 5 (A, B, C, D, E) **.· Crianças de 0 a 6 (A, B, C, D, E) **.

* - testamos com aspas

** - testamos no plural e singular (crianças inclui criança), testamos em numeral e por extenso, testamos com aspas e sem aspas.

Fonte: (Moro, 2020)

2.1. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS ARTIGOS

Recorte temporal: entre 2013 a 2020, todos os artigos selecionados estão relacionados a Educação Infantil e falam sobre os temas escolhidos previamente, que são: qualidade, obrigatoriedade, acesso, oferta e cobertura no cruzamento com “Educação Infantil”, creche, pré-escola, crianças de zero a três, quatro a cinco e zero a seis, por julgarmos que são importantes qualificadores na identificação de artigos publicados que trazem informações relevantes do tema da nossa pesquisa bibliográfica. Os anos escolhidos foram determinados por ser 2013, o ano do ponto que vigora a Lei 12.796/2013 que assegura a obrigatoriedade da pré-escola e como esta lei tem influenciado nesta etapa. (BRASIL, 2013).

2.2. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO DOS ARTIGOS

Publicações anteriores ao ano de 2013, artigos fora dos temas ou que talvez tenham as palavras chaves, porém com outro significado, artigos internacionais. No quadro abaixo os critérios de exclusão que utilizamos:

Quadro 3: Critérios de exclusão

Opções de Exclusão
<ol style="list-style-type: none">1 - Não é da área2 - Não é da EI3 - Não é do tema4 - Não é do Brasil

Fonte: (Moro, 2020)

A nossa ideia era realizar uma pesquisa empírica nas escolas dos municípios de Piraquara e Pinhais, mas devido ao cenário pandêmico mundial SARs-COV-2, não foi possível. Assim, a investigação ficou delimitada pelo levantamento e análise bibliográfica das temáticas citadas anteriormente. Com os resultados elaboramos um quadro que contém os textos selecionados no quadro 4 abaixo¹:

¹ Uma observação a ser feita em relação ao nosso trabalho é que também fizemos um levantamento junto a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), todavia decidimos retirar este levantamento, por falta de tempo para analisar as teses e dissertações encontradas.

Quadro 4: Artigos selecionados

ARTIGOS
01- POLÍTICA DE FUNDOS NA EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES MUNICIPAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ARENAS POLÍTICAS DE LOWI.
02- PROBLEMA DA FALTA DE VAGAS EM CRECHES: MATRIZ DE LOOPS E A PRIORIZAÇÃO DE CAUSAS DE PROBLEMAS COMPLEXOS.
03- AS DECISÕES JUDICIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO.
04- COALIZÕES EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: RELAÇÃO COM O GOVERNO E INFLUÊNCIA SOBRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE).
05- PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE CRIANÇAS SEGUNDO A ESTRUTURA DAS CRECHES.
06- POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A INGERÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.
07- A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA CRECHE.
08- DO “BALDE” AO DIREITO À CRECHE: LUTAS DE MÃES OPERÁRIAS.
09- ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA CRECHE EM BUSCA DA QUALIFICAÇÃO.
10- ENTRE A PRÉ-ESCOLA OBRIGATÓRIA E CRECHE OPCIONAL: REFLEXÕES SOBRE O DIREITO DA CRIANÇA À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.
11- A FORMAÇÃO DE UM VÍNCULO AFETIVO ENTRE EDUCADORAS E CRIANÇAS COMO POSSIBILIDADE PARA UMA ADAPTAÇÃO FELIZ A CRECHE.
12- O CUIDAR, O EDUCAR E O BRINCAR NOS TEMPOS, ESPAÇOS E CONTEXTOS SOCIOEDUCATIVOS DA/NA CRECHE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.
13- EDUCAÇÃO INFANTIL: DA MEDICALIZAÇÃO À JUDICIALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EM CRECHES.
14- ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL X CRECHES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: DESAFIOS PARA MÃES-ESTUDANTES.
15- JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS RELATIVAS AO ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO.

16- ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O USO DOS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UM ESTUDO DE CASO.
17- DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A EXPERIÊNCIA DE REGGIO EMILIA.
18- EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DE SÃO PAULO: CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO E PERFIL DAS CRIANÇAS.
19- EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: DO PASSADO AO PRESENTE NA BUSCA DO FUTURO.
20- DEMOCRACIA E DIREITOS SOCIAIS: HISTÓRICO E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS.
21- “ELES QUEREM DO LADO DE CASA”: ENTREVISTAS COM GESTORES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.
22- DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS REDES MUNICIPAIS NO CONTEXTO CATARINENSE.
23- GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS POLÍTICAS MUNICIPAIS.
24- EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICAS MUNICIPAIS: UM ESTUDO LONGITUDINAL.
25- O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL.
26- A OBRIGATORIEDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A ESCASSEZ DE VAGAS EM CRECHES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES.
27- DESIGUALDADE DE ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA META 1 DO PNE NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ.
28- ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: CONTRASTES DE ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO FEDERAL.
29- ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO.
30- A PRESSÃO PARA EXPANSÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL POR MEIO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.
31- ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A INFÂNCIA: ENTRE RELAÇÕES DE FORÇA E PERFORMANCES.
32- EDUCAÇÃO INFANTIL: UM BALANÇO A PARTIR DO CAMPO DAS DIFERENÇAS.

33- AS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.
34- A EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A LÓGICA DO EMPREENDEDORISMO E DOS “NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL”.
35- EFEITOS DE LONGO PRAZO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: EVIDÊNCIAS E POLÍTICA.
36- ARRANJOS INSTITUCIONAIS ENTRE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL E INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA OFERTA DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.
37- PERMEABILIDADE ESTATAL E ATORES PRIVADOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (2014-2024)?
38- NA CRECHE, CUIDADOS CORPORAIS, AFETIVIDADE E DIALOGIA.
39- DEZ ANOS DO PROINFÂNCIA: EFEITOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INDUÇÃO.
40- A OBRIGATORIEDADE DE MATRÍCULA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSÍVEIS RETROCESSOS.
41- POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: DESAFIOS À CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO NO CONTEXTO EMERGENTE DA NOVA FILANTROPIA.
42- QUAL CRIANÇA? QUAL INFÂNCIA? QUAL QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL?
43- O ATENDIMENTO PRIVADO SUBSIDIADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OS CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS EM ANÁLISE.
44- POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: DIREITO E OBRIGATORIEDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.
45- INSTITUIÇÕES CONVENIADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: DAS CONDIÇÕES DA OFERTA À FORMAÇÃO CONTINUADA.
46- A EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A LÓGICA DO EMPREENDEDORISMO E DOS “NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL”.
47- A OBRIGATORIEDADE DA PRÉ-ESCOLA NO CONTEXTO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.

Fonte: Autoras do trabalho

Retiramos os artigos repetidos, porém nas tabelas do apêndice do nosso trabalho resolvemos manter os artigos que se repetem, desde que os mesmos artigos estivessem em cruzamentos diferentes.

Conjecturamos a importância do levantamento de estudos de pesquisa sobre Acesso e Qualidade, pois o “Problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político” (BOBBIO, 1992 *apud* CAMPOS, 1999 p.118).

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando falamos em qualidade e acesso na Educação Infantil observamos que outros temas como oferta, cobertura e obrigatoriedade estão relacionados à uma educação de qualidade. Sabemos que no âmbito educacional as políticas são marcos significativo para a efetivação dos direitos básicos das crianças para uma educação de qualidade, um exemplo disso é a Constituição Federal de 1988, a qual trouxe um marco histórico à importância de estados e municípios na oferta das políticas na Educação (LIMONTI, PERES e CALDAS, 2014 p.392). Hoje em dia, a creche está inclusa dentro de um contexto formal de educação, tanto na letra da lei e como na narrativa das pesquisas acadêmicas.

No intuito de melhorar o acesso à creche e à pré-escola os governos federal e municipal permitiram a criação de coalizões (alianças/parcerias) entre a educação pública e a educação conveniada, todavia segundo (LAMERE, 2018 p. 808) concorda que as parcerias público-privadas, no que tange a composição e aplicação das políticas públicas na EI, “fazem parte de uma lógica mercadológica que tem encontrado terreno fértil na educação das crianças pequenas” (LAMARE, 2018, p. 808), essa ideia tem dado ao empresariado o papel de ator principal, sinalizando assim, um dispositivo de retrocesso na luta pela nossa educação pública como direito social e formação humana. Já autores como (SILVA; STRANG 2020, p.8) defendem a obrigatoriedade, todavia alertam para que fiquemos atentos ao interpretá-la, pois:

É preciso cautela para a correta interpretação da obrigatoriedade da educação infantil. Isto porque a referida obrigatoriedade deve ser considerada como uma via de mão dupla: de um lado, cabe aos pais matricularem os filhos e zelarem pela sua frequência na escola; de outro, o Estado é obrigado a disponibilizar vagas para atender essa parcela da população, o que efetivamente não ocorre.

Além disso, ambos concordam em frisar que legalmente não só as crianças de quatro a cinco anos devem ter direito ao acesso e permanência na creche, pois todas as crianças gozam do direito à educação e, por consequência, devem ter direito a frequentar creches ou estabelecimentos similares, mesmo antes de completar a idade da obrigatoriedade de oferta (SILVA; STRANG, 2020 p.8).

Como citado anteriormente, a creche é um direito subjetivo, ou seja, do sujeito ou da pessoa individualmente, já a pré-escola é um direito compulsório- obrigatório, isso ocorreu devido ao aumento da obrigatoriedade de escolarização com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) n. 59/2009, a qual determina que até 2016 as redes de ensino deveriam oferecer uma Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos (BRASIL, 2009), na prática todas as crianças de 04 a 05 anos deveriam estar matriculadas e frequentando a pré-escola, todavia a pré-escola para muitos, é percebida como um adiantamento, um preparatório para o ingresso no primeiro ano do ensino fundamental I, já a creche muitas vezes é vista como um espaço de práticas assistencialistas, devido aos programas de baixo investimento (PASCHOAL, 2018 p. 774).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1996) entre outras questões inaugura a inserção da Educação Infantil como responsabilidade da educação, na primeira etapa da educação básica, para efetuar a promoção do desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais, sociais, afetivos, cognitivos, socioculturais, dimensões lúdicas, artísticas e imaginárias (BRASIL, 1996).

Apesar de o campo legal intencionar as ideias dos avanços na EI em algumas instituições pelo Brasil, ocorre a baixa qualidade dos serviços prestados e a falta de percepção de alguns trabalhos pedagógicos com as crianças de zero a cinco anos, isso faz com que a qualidade dos serviços voltados à promoção da educação e do cuidado com as crianças sejam prejudicados (PASCHOAL, 2018 p. 768).

Por certo, a qualidade na educação segundo (Dourado; Oliveira, 2009 p. 205), mais especificamente na chamada educação formal ou escolar, perpassa e é perpassada por diversos fatores dentro da escola e fora dela, ou seja, é influenciada por fatores externos e internos à escola. Qualidade para eles é uma concepção que pode alterar com o tempo e de acordo com as suas exigências.

O Plano Nacional da Educação (PNE) na sua meta 1 previa que em 2016 a universalização da etapa da pré-escola e pelo menos 50% do atendimento das crianças na idade de creche, que abrange a faixa etária de zero a três anos e a sua oferta deve ser prioritariamente feita pelos municípios até o ano limite de 2024 (COUTINHO; ALVES, 2019 p.196). Meta que não foi concretizada nem nos grandes centros como o município

do estado de São Paulo, em que a situação é superior a de outras cidades do Brasil, ou ainda, quando a demanda por vagas é atendida muitas vezes por meio de entidades privadas conveniadas filantrópicas ou com propósitos rentáveis, mas não para as crianças, pois muitas vezes este atendimento é feito nas creches e apresentam uma má qualidade, que pode ser uma grande mantenedora da desigualdade social, pois em sua maioria assiste a crianças mais carentes (SOUSA; PIMENTA, 2019 p. 16).

O cumprimento da meta de ofertar a vaga é uma importante demonstração e um dos primeiros sinais de qualidade, beneficiando grande parte da população excluída a qual é a que mais precisa, como as das áreas rurais, os mais pobres e periféricos das grandes cidades. Muitas vezes ao falar de qualidade se omite o principal, o acesso (CAMPOS, 2013 p. 25).

Em 2015 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD) trouxe em seu resultado de pesquisa que 3% das crianças estavam fora da pré-escola, pode parecer um percentual baixo, mas se contar em número de crianças são mais de 300 mil não assistidas somente na pré-escola; sendo que o ano limite para a universalização era 2016, mostrando que muitas crianças ainda estão fora da meta da universalização (SOUSA; PIMENTA, 2019, p. 9).

Outro levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2017) divulgado pela Agência Nacional, mostra que a falta de vagas em creches atinge principalmente as famílias que possuem uma renda salarial mais baixa. Esta realidade é semelhante ao estudo “Centenário da Infância e Adolescência no Brasil”, do mesmo ano, o qual foi publicado pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq). Neste estudo consta que 70% das crianças de 0 a 3 anos não tinham acesso a creche em nosso país e muitas dessas crianças pertenciam a famílias de baixo poder aquisitivo.

De acordo com o estudo “Assistência Estudantil X Creches nas Universidades Públicas: desafios para mães-estudantes”, o governo tem negligenciado o direito das crianças ao acesso às creches públicas e não só isso, mas também o direito de mães terem um local como a creche para deixar seus filhos enquanto elas estudam. Este estudo relata a realidade e as dificuldades das mulheres-mães-estudantes que ingressaram na universidade e que precisam que seus filhos e filhas tenham o acesso a creche, pois muitas dessas mães como não tem um ambiente adequado para deixar essas crianças, sujeitam-se com insegurança a deixar os pequenos e as pequenas, sob os cuidados dos

vizinhos, parentes, outros filhos ou até mesmo sozinhos e sozinhas. Algumas dessas mães, mesmo com sonhos e esforços, se veem obrigadas a trancar a matrícula do curso superior “por não conseguirem compatibilizar estudo/cuidados com a prole e afazeres domésticos, quando optam ou são surpreendidas pela maternidade” (DIAS; SOARES, 2019, p.53).

A creche é a etapa que mais sofre no que tange ao acesso, merecendo uma atenção especial, pois é a parte mais afetada do acesso por conta da sua não obrigatoriedade, apesar de ser um direito da criança. Todavia, devemos lembrar que se faz necessário que a demanda seja manifesta, ou seja, que os responsáveis pelas crianças solicitem a matrícula. Em nossa pesquisa tomamos conhecimento que na cidade de Barueri-SP, se propuseram em atender 100% da demanda manifesta da pré-escola. Isto demonstra total desconhecimento, por parte das autoridades, sobre a obrigatoriedade do atendimento em sua totalidade. Afinal, a Emenda Constitucional nº 59, do ano de 2009, impõe a obrigatoriedade da criação de vagas para todas as crianças desta faixa etária (SOUSA; PIMENTA, 2019 p.9).

Segundo Coutinho e Alves (2019) para cumprimento da cobertura de vagas, ou seja, quantidade de vagas para todas as crianças dos municípios na idade de Educação Infantil é necessário uma boa gestão municipal e pesquisas relacionando todas as informações como da natalidade, mortalidade, emigração da faixa etária para ter uma previsão para provisão de vagas. A grande dificuldade para isso é a falta de dados desagregados por municípios.

Para expansão das vagas os municípios precisam de uma boa gestão e recursos para que se efetive o acesso e que isso aconteça com qualidade. Para isso dispomos do amparo da Lei nº 13.005/2014 que prevê regulamentação de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para cobertura das metas do PNE (SOUSA; PIMENTA, 2019 p.15), contudo nestes processos é necessária a efetivação de políticas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) - BRASIL, 2014- .

Os municípios menores, com até 5.000 mil habitantes, que sofrem a retirada na arrecadação dos impostos acima relacionados, têm também, que contribuir com a arrecadação estadual para melhor redistribuição dos recursos com o Fundo de participação dos municípios (FPM), sofrem um efeito Robin Hood ao contrário, por

terem que contribuir também com 20%, sendo assim sua contribuição é maior do que os mais ricos, pois contribui para o estado e para diminuir a desigualdade. Com isso o FUNDEB não oportuniza equidade, pois os municípios mais pobres não deveriam contribuir e sim receber ajuda, isso mostra que às vezes as políticas públicas e suas relações demonstram o não sucesso por não levarem em conta uns de seus principais atores, os municípios que precisam de ajuda (LIMONTI; PERES; CALDAS, 2014 p.407).

O acesso, em muitos textos nas buscas foi substituído por oferta, cobertura ou matrículas. Podemos entender que acesso é uma trajetória ou um caminho sem interrupção, enquanto que cobertura seria o número ou quantidade de matrículas e a oferta é o que é oferecido ou está disponível.

O acesso, isto é, o livre caminho da criança até a vaga, muitas vezes é efetivado mediante a "*judicialização*", ou seja, a intervenção do Ministério Público para efetivação da matrícula por meio de uma liminar nas instituições de Educação Infantil, principalmente no que se refere às vagas da creche. Podem em muito beneficiar as crianças e suas famílias na efetivação dos seus direitos, contudo os números de ações judiciais têm aumentado a superlotação da creche desde 2013. Esta informação se baseia em dados fornecidos pela Vara da Infância de Campinas em 2016, demonstrando que o aumento da demanda por vagas via liminar por reconhecimento do direito manifesto na Lei, todavia o município não propicia o aumento das vagas. Pondo assim, em xeque a qualidade, pela lotação de crianças em diminutos espaços com poucos professores por grupo de crianças.

Os promotores dizem que a culpa não é das liminares, mas do Poder Público e alega o não cumprimento do aumento de número de vagas por “Reserva do possível” que é o intuito de limitar o direito por não poder cumpri-lo devido à falta de recurso, contudo ela não pode sobrepujar ao “mínimo existencial”, em outras palavras, os princípios mais importantes: vida, saúde e a educação, portanto a alegação do município em questão não é legal (AZEVEDO; MENDES, 2017 p. 90).

A judicialização, ou seja, a intervenção do Ministério Público para a efetivação do direito mostra que só a existência da lei não culmina na sua concretização, muitas vezes só acontecem por lutas, não somente pelo acesso como também para que ele

aconteça com qualidade, que é a preocupação de muitas mulheres que requerem, assim o direito por creche especificamente num processo que evidencia conhecimento de seus direitos e a importância da creche como uma instituição educativa e de cuidado. Os movimentos feministas ao desejarem uma educação melhor para sua família participam da melhoria na edificação da pedagogia infantil brasileira (SILVA; SCHIFINO, 2017 p. 168).

O PNE contém 20 metas com força de lei que abrangem diversos níveis de educação e modalidades (vide páginas 14 e 15 do documento), como também uma data de dez anos para seu cumprimento (2014-2024). O PNE, muitas vezes por falta de análises investigativas do seu cumprimento, principalmente no que se refere à cobertura na Educação Infantil, e principalmente a creche, fica em desvantagem, pois uma das suas metas, a número 20, tem o objetivo de ampliar o investimento da União em educação pública para atingir 7% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2024, que é o ano limite do seu cumprimento. Assim, não deixa claro quanto de investimento será especificamente para esta etapa. O cumprimento das metas, principalmente no que diz respeito à Educação Infantil, está diretamente ligado à qualidade e a qualidade depende de avaliação constante das políticas e da oferta educativa como parte do processo formativo e democrático, para obter melhores resultados (MORO 2017 p.50).

Em 2006 o Ministério da Educação publicou os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, que evidenciam tentativas na busca da qualidade. São padrões para os sistemas educacionais se organizarem no funcionamento e na gestão das instituições que ofertam a EI. Os valores como qualidade, eficiência, efetividade, inclusão e equidade são mencionadas no seu conteúdo. Contudo, como é possível aferir a qualidade na EI? Por meio de avaliações acerca do processo educativo. Entre inúmeras avaliações existentes, escolhemos citar aqui a estudada pelas professoras COUTINHO; MORO; SOUZA (2015), denominada “Avaliação de Contexto”. Ela necessita de um percurso metodológico que assegure seu princípio fundamental que é a participação dos sujeitos envolvidos no processo de avaliação. Para tal se faz necessário o diálogo constante, uma reflexão comum e coletiva, e organização.

Outra publicação de suma importância é a Política Nacional de Educação Infantil, pelos direitos das crianças de zero a seis anos à Educação (BRASIL, 2005). No entanto, há ainda uma distância sobre o que é proposto pela lei e o que é realmente posto em

práticas educacionais no dia a dia do atendimento nas creches, ou seja, a diferença entre o “Brasil legal” e o “Brasil real” (SILVA; SCHIFINO 2017 *apud* ROSEMBERG, 2012).

Segundo (SOUZA, 2006 *apud* MOSS) qualidade não é algo de fácil definição e é sujeita ao avaliador e às formas pela qual é avaliada, bem como o que o avaliador acredita ser a melhor segundo sua visão cultural, filosófica e social. Deste modo a avaliação do que é qualidade depende de quem faz a avaliação e de seus parâmetros.

A qualidade da Educação Infantil pode ser de atuações diferenciadas de acordo com a idade da criança, mais centrada nas interações ou centrada na criança, e ainda mais acadêmica, tudo a depender da faixa etária, ela pode ser relativa e surgir do debate democrático, constantemente reavaliado, mas o principal, a criança tem direito a ser respeitada em seu protagonismo (CAMPOS, 2013 p.41).

No ano 2009, o MEC, por meio da Secretaria da Educação Básica, publicou o documento “Indicadores de Qualidade na Educação Infantil” que sugere uma metodologia de avaliação escolar, juntamente com a Ação Educativa, da Fundação Orsa, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Unicef. Esse documento promoveu o incentivo à autoavaliação, ou seja, pessoas que estão dentro da comunidade escolar avaliam a qualidade na educação infantil ali praticada, podem estar envolvidas crianças, professores, gestores, funcionários, familiares e representantes de organizações locais, porém o cuidado acerca de como avaliar a criança é fundamental, pois é imprescindível avaliar o processo educacional, como é feito, por meio do atendimento e se ele obedece aos parâmetros descritos.

Há de se observar diferenças discrepantes nos atendimentos e entre os tipos de instituição de creches e pré-escolas, as conveniadas, particulares, municipais, são diversas, sendo que as municipais são as de melhor qualidade, apesar de que se fizermos uma análise em muitos municípios do Brasil constataremos bastante desigualdade entre eles. Assim como, entre as capitais e regiões metropolitanas e rurais (SILVA; SCHIFINO, 2017 p 174).

Outro incentivo de qualidade é a interação com as famílias, pois a participação da família é um princípio importante de qualidade, é preciso um diálogo constante com os pais e familiares das crianças, pois algumas não possuem fala ou comunicação desenvolvida. Atualmente neste quesito de interação entre a EI e a família a qualidade

da creche tem se mostrado pior. As rotinas são focadas na alimentação e contenção e há uma grande falta de diálogo entre a escola e a família, porém a família coloca bastante esperança na escola. (SILVA; SCHIFINO, 2017).

Outra forma pela qual podemos mudar a qualidade da educação de creches e pré-escolas é a formação dos professores para sua atuação específica nas instituições de educação, pois educar crianças juntamente com outras em ambientes coletivos é algo complexo que exige no mínimo dedicação, estudo e uma formação básica, para isso. Educar crianças sozinhas dentro de casa ou em uma instituição de ensino são processos totalmente distintos. É preciso ter competência e uma boa formação para assumir a docência. Os professores não devem em sua formação apenas aprender o que fazer, mas como fazer e principalmente por que fazer, pois o professor não deve apenas conceder a criança um somatório de intelecto e sim entender que cada criança é um ser integral em construção de sua personalidade na qual a interferência do professor poderá deixar marcas na maneira de viver, pensar e sentir dela (RODRIGUES; FREIRE, 2017 p. 15).

Outra situação peculiar da profissão é a “feminilização”. Devido às mulheres estarem por muito tempo ligadas às funções domésticas da casa e da criação dos filhos, a ideia de que para ser professor de crianças bastava ser mulher ou gostar de criança perdura ainda hoje e apenas 3% são homens que ocupam a função de professor, sendo encarados ainda como potenciais abusadores. A criança necessita de um porto seguro na interação, um adulto que a proteja na medida certa, não havendo omissão e nem desamparo para que a afetividade a faça prosseguir na experimentação de tudo à sua volta (RODRIGUES; FREIRE, 2017, p. 14).

Sabemos que a educação traz desafios e que profissionais da educação aprendem muito pouco como atuar em diferentes setores da educação, por isso é essencial a formação continuada, baseada em contextos, todavia não por meio de palestras apenas. Isso é necessário para que os professores independentemente de sua formação inicial tenham a possibilidade de encarar as dificuldades que surgirem.

Os 47 artigos selecionados por meio do nosso levantamento trazem vários dados e informações significativas às quais contribuem para o embasamento teórico do nosso trabalho. Abaixo o quadro 05 descreve as características dos artigos:

Quadro 5: Temática e tipologia das pesquisas em cada artigo

CARACTERÍSTICAS DOS ARTIGOS		
Artigo	Assunto	Qualitativo ou Quantitativo
1- POLÍTICA DE FUNDOS NA EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES MUNICIPAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ARENAS POLÍTICAS DE LOWI (2014).	Oferta na Educação Infantil em SP a partir da aprovação do FUNDEB 2006. Mudanças ocorridas nas administrações públicas municipais a partir das sub vinculações orçamentárias introduzidas com o FUNDEF e mais recentemente o FUNDEB	Revisão da literatura e análise quantitativa
2- PROBLEMA DA FALTA DE VAGAS EM CRECHES: MATRIZ DE LOOPS E A PRIORIZAÇÃO DE CAUSAS DE PROBLEMAS COMPLEXOS (2014).	Oferta e acesso na Educação Infantil. Falta de vagas nas creches em 03 municípios de SP: Guarulhos; Jundiaí e Salto	Pesquisa de Campo quantitativa
3- AS DECISÕES JUDICIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO (2016).	Obrigatoriedade e oferta das vagas na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Analisa como o poder judiciário de SP tem influenciado nos processos de formulação e implementação das políticas públicas nas áreas sociais, interferindo na agenda do Poder Executivo.	Pesquisa Qualitativa e quantitativa
4- COALIZÕES EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: RELAÇÃO COM O GOVERNO E INFLUÊNCIA SOBRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE) (2013).	Qualidade na Educação Infantil. A aliança (Coalizão Advocatória) entre o setor público e o privado: Campanha Nacional pelo direito à Educação e o Todos Pela Educação, ambas lutam pela qualidade na Educação no Brasil, porém divergem nas origens, composições, metas e formas de atuação, principalmente na questão da relação com o governo na qual ocorre mais conflitos (um dos pontos com mais ênfase acerca da aliança com o governo é o PDE).	Pesquisa Qualitativa
5- PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE CRIANÇAS SEGUNDO A ESTRUTURA DAS CRECHES (2017).	Qualidade. Analisa a estrutura das creches e o perfil antropométrico (estatura/idade e estatura/peso) das crianças do município de Campina Grande na Paraíba da zona rural e urbana	Estudo transversal dividido em 2 partes: quantitativa e revisão de literatura

<p>6- POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A INGERÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990 (2017).</p>	<p>Qualidade. Analisa as atuais ideias sobre a formação docente brasileira, tendo como parâmetro as reformas educacionais a partir de 1990</p>	<p>Revisão de literatura, um ensaio</p>
<p>7- A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA CRECHE (2017).</p>	<p>Qualidade. A importância da creche para o desenvolvimento infantil da criança, onde o brincar como proposta pedagógica e a afetividade devem fazer parte do currículo. Resumindo: a creche deve ser o lugar no qual a criança se desenvolve integralmente.</p>	<p>Revisão de literatura</p>
<p>8- DO “BALDE” AO DIREITO À CRECHE: LUTAS DE MÃES OPERÁRIAS (2017)</p>	<p>A luta das mulheres trabalhadoras pelo Direito dos seus filhos e filhas ao acesso à creche e a qualidade</p>	<p>Pesquisa Qualitativa. Resultado de uma pesquisa de mestrado da UNICAMP/SP</p>
<p>9- ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA CRECHE EM BUSCA DA QUALIFICAÇÃO (2017)</p>	<p>Qualidade, a qual atende as necessidades da criança pequena, levando em conta seu desenvolvimento integral. Campo de investigação uma sala do maternal 1 e 2 no período parcial e uma de maternal 2 no período integral em uma instituição pública de Presidente Prudente/SP.</p>	<p>Pesquisa Qualitativa. Trabalho de conclusão de especialização em Psicopedagogia</p>
<p>10- ENTRE A PRÉ-ESCOLA OBRIGATÓRIA E CRECHE OPCIONAL: REFLEXÕES SOBRE O DIREITO DA CRIANÇA À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE (2018).</p>	<p>Obrigatoriedade da pré-escola e a creche como espaço de práticas assistencialistas por via de programas de baixo custo e a qualidade</p>	<p>Pesquisa bibliográfica</p>
<p>11- A FORMAÇÃO DE UM VÍNCULO AFETIVO ENTRE EDUCADORAS E CRIANÇAS COMO POSSIBILIDADE PARA UMA ADAPTAÇÃO FELIZ A CRECHE (2016)</p>	<p>Qualidade. Adaptação e inserção das crianças pequenas na creche</p>	<p>Pesquisa qualitativa um recorte de um doutorado</p>
<p>12- O CUIDAR, O EDUCAR E O BRINCAR NOS TEMPOS, ESPAÇOS E CONTEXTOS SOCIOEDUCATIVOS DA/NA CRECHE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES (2016).</p>	<p>Oferta e qualidade no atendimento da Educação Infantil</p>	<p>Estudo bibliográfico de pesquisa qualitativa com estudo de caso</p>
<p>13- EDUCAÇÃO INFANTIL: DA MEDICALIZAÇÃO À JUDICIALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EM CRECHES (2017).</p>	<p>Acesso e qualidade do atendimento por meio da judicialização.</p>	<p>Estudo qualitativo por meio de entrevistas</p>
<p>14- ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL X CRECHES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: DESAFIOS PARA MÃES-ESTUDANTES (2019).</p>	<p>Qualidade e acesso</p>	<p>Baseia-se em aportes teóricos e documentais</p>

15- JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS RELATIVAS AO ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO (2018).	Obrigatoriedade pela atuação do Ministério público.	“O método utilizado é o dedutivo, com base em pesquisa legal, doutrinária e jurisprudencial.”
16- ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O USO DOS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UM ESTUDO DE CASO (2015)	Qualidade na Educação Infantil.	Abordagem qualitativa por meio de entrevistas e análise documental.
17- DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A EXPERIÊNCIA DE REGGIO EMILIA (2016).	Qualidade	Pesquisa bibliográfica e concepções teórica sobre Educação Infantil;
18- EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DE SÃO PAULO: CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO E PERFIL DAS CRIANÇAS (2017).	Traça um perfil da Educação Infantil no Estado de SP, atendimento de crianças de 00 a 05 anos, Cobertura e o perfil socioeconômico desse público alvo	Pesquisa de natureza descritiva e quantitativa
19- EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: DO PASSADO AO PRESENTE NA BUSCA DO FUTURO (2017).	Acesso à educação decorrente da Lei 12.796/2013.	Pesquisa documental e bibliográfica.
20- DEMOCRACIA E DIREITOS SOCIAIS: HISTÓRICO E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS (2019).	Acesso à educação como um direito social e implicações de políticas neoliberais.	Pesquisa teórico documental.
21- “ELES QUEREM DO LADO DE CASA”: ENTREVISTAS COM GESTORES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL (2020).	Cobertura na Educação Infantil.	Seu aporte teórico está em Bakhtin, pois analisa o discurso dos gestores das creches analisadas sobre a ampliação de vagas nas creches e pré-escolas.
22- DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS REDES MUNICIPAIS NO CONTEXTO CATARINENSE (2018).	Qualidade na Educação Infantil por meio da atuação dos docentes.	Análise de dados por meio de questionários aos docentes.
23- GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS POLÍTICAS MUNICIPAIS (2014).	Oferta e Qualidade nas interações.	pesquisa empírica por observação, questionário e entrevistas
24- EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICAS MUNICIPAIS: UM ESTUDO LONGITUDINAL (2013).	Pesquisa interinstitucional Educação Infantil e formação de profissionais no Estado do Rio de Janeiro (1999-2009) e Cobertura no atendimento	Questionário autoaplicável, com questões abertas e fechadas, que foi enviado a todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro para ser respondido pelo

		responsável pela Educação Infantil. Pesquisa qualitativa
25-O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL (2019).	Acesso e Cobertura na Educação Infantil por meio de processos judiciais.	Análise e leitura de decisões judiciais referentes ao acesso de vagas na Educação Infantil.
26- A OBRIGATORIEDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A ESCASSEZ DE VAGAS EM CRECHES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES (2020).	Oferta. Análise dos dispositivos legais, referentes ao direito à educação, à Obrigatoriedade do ensino, assim como a responsabilidade do Estado quanto a essa exigência, o sistema nacional de educação e o Plano Nacional de Educação, buscando compreender a dificuldade enfrentada pela sociedade para solucionar esse problema	Pesquisa Qualitativa
27- DESIGUALDADE DE ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA META 1 DO PNE NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ (2019).	Acesso e Cobertura a vagas referentes à Educação Infantil em Maringá.	Análise quantitativa por meio de indicadores sociais e educacionais.
28- ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: CONTRASTES DE ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO FEDERAL (2018).	Acesso à Educação Infantil no Distrito Federal.	Análise de recortes temporal para medir a desigualdade, por meio de documentos, evidenciando uma análise qualitativa e quantitativa.
29- ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO (2019).	Oferta na Educação Infantil, analisando a atuação do Ministério Público (MP) na área do direito à educação infantil pela via extrajudicial, por meio do Termo de Ajustamento de Conduta, a partir do estudo do caso do município de Telêmaco Borba (Paraná).	Pesquisa qualitativa e quantitativa
30- A PRESSÃO PARA EXPANSÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL POR MEIO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (2018).	Oferta e o direito de cada criança. Mapeamento do cenário de exigibilidade extrajudicial do direito à educação infantil, buscando compreender como a atuação do Ministério Público incide na efetivação deste, analisando em específico o caso do Paraná	Pesquisa qualitativa e quantitativa
31- ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A INFÂNCIA: ENTRE RELAÇÕES DE FORÇA E PERFORMANCES (2017).	Oferta na Educação Infantil.	Pesquisa por meio de documentos e matérias de jornal evidenciando ser qualitativa e quantitativa.
32- EDUCAÇÃO INFANTIL: UM BALANÇO A PARTIR DO CAMPO DAS DIFERENÇAS (2017).	Oferta de vagas por meio de setores privados e as diferenças raciais, gênero/sexualidade.	Pesquisa diagnóstica sobre políticas e análise documental.

<p>33- AS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (2020).</p>	<p>Oferta de vagas na Educação Infantil (EI) sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), no período de 2007 a 2018. Buscou-se compreender a natureza e a atuação dessas instituições no atendimento da EI à luz dos processos de privatização da Educação Básica</p>	<p>Pesquisa qualitativa e quantitativa concluída sobre a participação das instituições sem fins lucrativos.</p>
<p>34- A EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A LÓGICA DO EMPREENDEDORISMO E DOS “NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL” (2020).</p>	<p>Obrigatoriedade e oferta por meio de empreendedorismo.</p>	<p>Dados quantitativos e qualitativos por intermédio de análise de produtos para impactar na primeira infância.</p>
<p>35- EFEITOS DE LONGO PRAZO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: EVIDÊNCIAS E POLÍTICA (2013).</p>	<p>Oferta e qualidade numa pesquisa que mede longitudinalmente.</p>	<p>Pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo.</p>
<p>36- ARRANJOS INSTITUCIONAIS ENTRE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL E INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA OFERTA DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL (2013).</p>	<p>Mapeamento das parcerias/convênios entre o poder público municipal e a esfera privada para a Oferta de vagas na educação infantil nos municípios paulistas grandes. 30, dos 54 municípios paulistas grandes, recorrem ao atendimento conveniado como forma de atender a demanda local, inclusive com instituições de finalidade lucrativa, diferenciando-se das tradicionais formas de convênios instituídas na educação infantil</p>	<p>Análise de literatura quantitativa e qualitativa sobre a temática e os dados coletados durante a pesquisa, a partir de contatos telefônicos direto com os gestores municipais, sites oficiais dos municípios e sites governamentais.</p>
<p>37- PERMEABILIDADE ESTATAL E ATORES PRIVADOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (2014-2024)? (2018).</p>	<p>Oferta na Educação Infantil.</p>	<p>Pesquisa exploratória de métodos qualitativos e quantitativos baseado em análise de dados.</p>
<p>38- NA CRECHE, CUIDADOS CORPORAIS, AFETIVIDADE E DIALOGIA (2018).</p>	<p>Qualidade nas relações entre bebê e</p>	<p>Análise das práticas pedagógicas de atuação etnográfica.</p>
<p>39- DEZ ANOS DO PROINFÂNCIA: EFEITOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INDUÇÃO (2019).</p>	<p>Acesso à Educação Infantil.</p>	<p>Pesquisa de cunho qualitativa e quantitativa.</p>
<p>40- A OBRIGATORIEDADE DE MATRÍCULA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSÍVEIS RETROCESSOS (2020).</p>	<p>Obrigatoriedade a partir da lei 12.796/2013.</p>	<p>Pesquisa qualitativa e quantitativa por meio de coleta de dados, entrevistas e análise estatísticas.</p>

<p>41- POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: DESAFIOS À CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO NO CONTEXTO EMERGENTE DA NOVA FILANTROPIA (2018).</p>	<p>Acesso e qualidade na Educação Infantil. Analisar os avanços e tensões no campo das políticas públicas educacionais no sentido da efetivação do direito à educação infantil no Brasil, a partir de 1996 até os dias de hoje.</p>	<p>Revisão de literatura</p>
<p>42- QUAL CRIANÇA? QUAL INFÂNCIA? QUAL QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL? (2013).</p>	<p>Acesso e qualidade</p>	<p>Pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos.</p>
<p>43- O ATENDIMENTO PRIVADO SUBSIDIADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OS CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS EM ANÁLISE (2015).</p>	<p>Analisar os instrumentos jurídicos adotados em parcerias entre instituições privadas com fins lucrativos e cinco municípios do interior paulista (Araras, Hortolândia, Limeira, Piracicaba e Sumaré) para a Oferta de vagas na educação infantil.</p>	<p>Resultado de uma dissertação de mestrado. Uma pesquisa qualitativa, de natureza documental.</p>
<p>44- POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: DIREITO E OBRIGATORIEDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL (2016).</p>	<p>Obrigatoriedade da criança a partir dos quatro anos decorrentes da lei 12.796/2013</p>	<p>Pesquisa qualitativas por meio de análises documentais e textos científicos.</p>
<p>45- INSTITUIÇÕES CONVENIADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: DAS CONDIÇÕES DA OFERTA À FORMAÇÃO CONTINUADA (2019).</p>	<p>Condições da Oferta da Educação Infantil em instituições conveniadas (ICEIs) sem fins lucrativos. Tem como objetivo identificar que condições (ligadas ao tempo/espaço, recursos, etc.) marcam as ICEIs sem fins lucrativos de um Estado da Região Sudeste brasileira, no horizonte da formação dos professores</p>	<p>Pesquisa qualitativa do tipo exploratória, a partir da perspectiva teórico-metodológica bakhtiniana, com procedimento de observação e de entrevista semiestruturada a 40 profissionais do sistema municipal e de ICEIs</p>
<p>46- A EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A LÓGICA DO EMPREENDEDORISMO E DOS “NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL” (2020).</p>	<p>Oferta. Meta da matrícula de ao menos 50% das crianças de até 3 anos em creches, reforçando a obrigatoriedade entre as crianças de 4 e 5 anos.</p>	<p>Pesquisa qualitativa</p>
<p>47- A OBRIGATORIEDADE DA PRÉ-ESCOLA NO CONTEXTO DAS PARCERIA PÚBLICO-PRIVADAS (2018).</p>	<p>Obrigatoriedade na pré-escola decorrente da lei 12.796/2013.</p>	<p>Análise documental e reconstrução histórica com base em temas da vertente marxista de lutas de classe.</p>

Fonte: Autoras do trabalho

O Quadro 5 descreve os títulos dos 47 artigos selecionados, os assuntos que cada um trata e se as pesquisas são de cunho quantitativo, qualitativo ou revisão de literatura. Cinco artigos falam sobre cobertura; 09 a respeito de obrigatoriedades; 11 sobre acesso; 15 apresentam a oferta e 16 a qualidade. Nas buscas das palavras chaves a que apareceu

com maior frequência foi a “qualidade” e a que menos apareceu foi a “cobertura”. A maioria dos cruzamentos de cobertura eram artigos relacionados à área da saúde e a criação de animais, por exemplo: creche de porcos.

Ao colocar as palavras chaves com aspas o filtro das buscas ficava mais bem apurado, dando um melhor resultado. Não houve muitas alterações nos cruzamentos das palavras-chave com aspas e sem aspas, no plural e no singular, mas para obter um melhor resultado preferimos colocar as palavras no singular, sem plural e com aspas, para um levantamento mais simplificado e objetivo

Observamos que o estado onde mais existem pesquisas relacionadas aos temas abordados é o de São Paulo. Um tema muito recorrente em vários artigos é a questão das parcerias do setor público com o setor privado. Essas alianças e acordos existem com o objetivo de atender o acesso à creche e à pré-escola. A maioria dos pesquisadores educacionais concorda que essas parcerias do público e privado é um engano, pois raramente se pensa em ofertar uma educação de qualidade dentro dos ambientes conveniados, a ideia principal é atender a demanda, colocar a criança na creche ou na escola, mas sem a preocupação com as condições de infraestrutura e materiais adequados. A maioria dos profissionais da educação que trabalha nestes locais possui uma formação de baixa qualidade, porque segundo (Alves; Côco, 2019 p.176), existem disparidade entre as orientações e demandas das prefeituras e das redes conveniadas, uma nebulosidade interna, essas obscuridades implicam nas carreiras dos profissionais, acarretando condições díspares, exemplos: salários divergentes e a formação continuada (que quem trabalha em instituições educacionais conveniadas muitas vezes não tem condições de realizar) entre os professores que trabalham para a rede pública e os professores que trabalham na rede conveniada. Inclusive, em uma entrevista, uma das técnicas de Educação Infantil chega a dizer que acredita ser o maior desafio alguém desejar trabalhar na rede conveniada (CÔCO; ALVES, 2019, p. 176-177):

Por exemplo, como cita a diretora do ICEI: “...com olhar em concordância com Bruna] Você tem que... é a mesma coisa que você ser uma só e você servir a dois senhores! Por mais que ela seja assim. A gestão passada, além de tudo, ela politicamente não se encaixava, não dialogava bem. Então tem toda essa política em volta. Tem tudo. Por exemplo, o professor, ele está na unidade, mas ele quer ser contemplado, quer participar das formações da Prefeitura. Ele quer trabalhar dentro de uma condição agradável, satisfatória, ele quer que a unidade tenha, né?! Que ela consiga dar para ele, o que é difícil, né!? O professor trabalha e a gente às vezes não ter, né!? Então é um desafio!” (FRANCISCA – diretora de ICEI).

A autora Lamare (2018), acredita que por ainda faltarem vagas nas instituições de Educação Infantil aqui no Brasil, propôs intervenções do Banco Mundial (2002), informais e de baixo custo, para o desenvolvimento da primeira infância, com a ideia de sistemas informais de ONGs que poderão auxiliar no fortalecimento deste sistema e até agir como substitutos para as creches e pré-escolas tradicionais, de maneira flexível e de administração com baixos custos. Finalizando, dizem que os programas informais podem trazer inúmeros benefícios. (LAMARE, 2017 p.232).

Em um estudo que analisa as instituições sem fins lucrativos “classificadas como associações ou fundações de natureza privada sem fins lucrativos, que atuam com o governo do município de Campinas, São Paulo, na execução de atividades de Educação Infantil (EI)” (CECCON; DRABACH, 2020 p.2) e (CECCON; DRABACH, 2020, p. 4) temos:

Ademais, a pesquisa por fortalecimento desta modalidade de atendimento retomou as características assistenciais alternativas, provisórias e precárias às crianças pequenas, dificultando avanços na construção de um atendimento referenciado, qualificado e que, de fato, assegure os direitos ao ensino laico, público e de qualidade, proclamados na constituição cidadã. Apesar de a CF/1988 declarar em seu artigo 213, parágrafo 1º, que os recursos públicos devam ser aplicados prioritariamente na rede pública direta, observaram-se, nesta última década, manobras dos gestores públicos no sentido de desconsiderar o princípio fundamental da Carta, ampliando exclusivamente o atendimento por meio do setor privado denominado “sem finalidade lucrativa”.

No ano de 2007 o setor privado sem fins lucrativos respondia por 31% das matrículas enquanto que o setor público ofertava 38,07%. Em 2018 o setor privado deu um salto e passou a ofertar 56,64 % do total de matrículas, superando a oferta na rede pública que passou a ofertar 43,64%, totalizando uma redução aproximada de 1500 vagas no período entre a creche e a pré-escola. Está claro que a inclusão das filantrópicas no FUNDEB corroborou muito para a expansão desta rede de atendimento à EI em Campinas-SP (CECCON; DRABACH, 2020, p. 13).

A defesa dos autores acima citados, é que se invista nas redes públicas de ensino por todo o Brasil, independentemente de ser creche ou pré-escola. Os investimentos e financiamentos da educação devem ser melhor distribuídos em igualdade para cada etapa e modalidade, a cobertura deve ser mais expansiva, o acesso mais facilitado, a obrigatoriedade universal e efetiva, e que ela possa existir realmente para atender todas as crianças de quatro a cinco anos. (CECCON; DRABACH, 2020, p. 12) Tudo isso envolve a qualidade, a cobertura, o acesso, a oferta e a obrigatoriedade. Dentro deste

escopo temos as questões que devem ser atendidas como: permanência, salubridade, infraestrutura, recursos financeiros, ludicidade, qualificação profissional, etc. Além disso, é fundamental a instituição ter uma relação de proximidade com as famílias das crianças. A importância da existência da relação professor e criança com afetividade e práticas pedagógicas planejadas para cada público da EI, junto ao cuidar e ao educar com profissionais qualificados e bem formados, tanto na educação inicial quanto na continuada. A valorização destes profissionais em seus respectivos planos de carreira é importante.

Outro quesito de suma importância é o cumprimento da legislação na Educação Infantil nos municípios, mas para que tudo isso ocorra é necessário verificar os contextos de cada município, pois cada um tem as suas especificidades de problemas e soluções, não é algo simples (SORDI; NELSON; GALINDO, 2014 p.1409).

Ademais, um assunto que frequentemente vem sendo estudado, é a Judicialização do direito à Educação Infantil, muitos pais estão pleiteando na justiça brasileira o direito de matrícula dos seus filhos e filhas nas instituições da EI (FREITAS, 2016 p.149).

Quadro 6: Artigos, autores, ano e revista publicada

ARTIGOS	AUTORES	ANO	REVISTAS
<p>1- POLÍTICA DE FUNDOS NA EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES MUNICIPAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ARENAS POLÍTICAS DE LOWI</p>	<p>- Rogério Machado Limonti: Assessor Técnico II do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); - Ursula Dias Peres: Professora Doutora da EACH/USP no Curso de Gestão de Políticas Públicas, Professora do Programa de Mestrado em Mudança Social e Participação Política; - Eduardo de Lima Caldas: Professor Associado - MS-5.1 - da Universidade de São Paulo.</p>	<p>2014</p>	<p>Rev. Adm. Pública</p>
<p>2- PROBLEMA DA FALTA DE VAGAS EM CRECHES: MATRIZ DE LOOPS E A PRIORIZAÇÃO DE CAUSAS DE PROBLEMAS COMPLEXOS</p>	<p>- José Osvaldo De Sordi: Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e Faculdade Campo Limpo Paulista (Faccamp); - Reed Elliot Nelson: docente permanente do Mestrado Profissional em Administração da Fundação Dom Cabral; - Pedro Reis Galindo: Prefeitura de Jundiaí/SP.</p>	<p>2014</p>	<p>Rev. Adm. Pública</p>
<p>3- AS DECISÕES JUDICIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO</p>	<p>- Lígia Barros de Freitas: Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil.</p>	<p>2016</p>	<p>Dossiê - Para além do “ativismo judicial” e da “judicialização da política”</p>
<p>4- COALIZÕES EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: RELAÇÃO COM O GOVERNO E INFLUÊNCIA SOBRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)</p>	<p>- Lara Elena Ramos Simielli: Professora do Departamento de Gestão Pública na Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV).</p>	<p>2013</p>	<p>Rev. Adm. Pública</p>
<p>5- PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE CRIANÇAS SEGUNDO A ESTRUTURA DAS CRECHES</p>	<p>- Dixis Figueroa Pedraza: Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Saúde da Família no Nordeste.</p>	<p>2017</p>	<p>Rev. Ciência e Saúde Coletiva</p>

<p>6- POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A INGERÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990</p>	<p>- Lourdes Rafaella Santos Florencio: Professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena - NEABI do IFCE campus Canindé;</p> <p>- Lia Machado Fiuza Fialho: Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UECE (orientadora de pós-doutorado, doutorado, mestrado e iniciação científica) e do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (MPPP/UECE);</p> <p>- Nadja Rinelle Oliveira de Almeida: professora no curso de pedagogia do PARFOR vinculado a UVA.</p>	<p>2017</p>	<p>Rev. Holos</p>
<p>7- A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA CRECHE</p>	<p>- Marinéa Figueira Rodrigues: Coordenadora do Curso de Pedagogia, Professora Assistente II da Universidade Severino Sombra - Vassouras/RJ.;</p> <p>- Rosângela Batista Freire: Professora do Instituto;</p> <p>- Thiago Costa: Escola Municipal Prefeito Severino Ananias Dias.</p>	<p>2017</p>	<p>Rev. Mosaico</p>
<p>8- DO “BALDE” AO DIREITO À CRECHE: LUTAS DE MÃES OPERÁRIAS</p>	<p>- Marta Regina Paulo da Silva: Docente pesquisadora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul/SP e da Universidade Metodista de São Paulo;</p> <p>- Reny Scifoni Schifino: (Professora da Educação Infantil da rede pública municipal de Santo André. Pedagoga pelo Centro Universitário Fundação Santo André – CUFGSA).</p>	<p>2017</p>	<p>Rev. Educação e Emancipação</p>
<p>09- ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA CRECHE EM BUSCA DA QUALIFICAÇÃO</p>	<p>- Ariadne de Sousa Evangelista: professora da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente e Bolsista do Programa PAADES atuando como professora da disciplina de Estágio Supervisionado dos anos iniciais do Ensino Fundamental na Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP).</p>	<p>2017</p>	<p>Rev. Colloquium Humanarum</p>
<p>10- ENTRE A PRÉ-ESCOLA OBRIGATÓRIA E CRECHE OPCIONAL: REFLEXÕES SOBRE O DIREITO DA CRIANÇA À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p>	<p>- Jaqueline Delgado Paschoal: Docente do Curso de Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina/UEL. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação, Nível Mestrado.</p>	<p>2018</p>	<p>Rev. Histedbr On-line</p>
<p>11- A FORMAÇÃO DE UM VÍNCULO AFETIVO ENTRE EDUCADORAS E CRIANÇAS COMO POSSIBILIDADE PARA UMA ADAPTAÇÃO FELIZ A CRECHE</p>	<p>- Suélen Cristiane Marcos: Professora doutora do grupo Universidade Brasil- FAPREV, professora de Educação Infantil da prefeitura de Presidente Prudente- SP.;</p> <p>- Gilza Maria ZauhyGarms: Professora Assistente Doutora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.</p>	<p>2016</p>	<p>Rev. Colloquium Humanarum</p>

<p>12- O CUIDAR, O EDUCAR E O BRINCAR NOS TEMPOS, ESPAÇOS E CONTEXTOS SOCIOEDUCATIVOS DA/NA CRECHE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES</p>	<p>- João Severino de Oliveira: Diretor Educacional pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas.</p>	<p>2016</p>	<p>Rev. Exitus</p>
<p>13- EDUCAÇÃO INFANTIL: DA MEDICALIZAÇÃO À JUDICIALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EM CRECHES</p>	<p>- Beatriz Fátima Mendes: Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, Brasil; - Heloisa Helena de Oliveira Azevedo: professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, Brasil.</p>	<p>2017</p>	<p>Rev. Ed. Popular</p>
<p>14- ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL X CRECHES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: DESAFIOS PARA MÃES-ESTUDANTES</p>	<p>- Marly de Jesus Sá Dias: Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. - Brenda Vanessa Pereira Soares: Mestranda em Políticas Públicas. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos (GERAMUS), da Universidade Federal do Maranhão.</p>	<p>2019</p>	<p>Rev. Educação e Emancipação</p>
<p>15- JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS RELATIVAS AO ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO</p>	<p>- José Antonio Remédio: Professor de Graduação e Pós-graduação (Mestrado) em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Professor de Graduação em Direito do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP).</p>	<p>2018</p>	<p>Rev. Thesis Juris – RTJ</p>
<p>16- ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O USO DOS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UM ESTUDO DE CASO</p>	<p>- Jaqueline dos Santos Oliveira: Instituto de Biociências – (UNESP) SP – Rio Claro – Brasil.</p>	<p>2015</p>	<p>Educação: Teoria e Prática</p>
<p>17- DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A EXPERIÊNCIA DE REGGIO EMILIA</p>	<p>- Tatiana Costa Martins: Pedagoga e Orientadora Educacional na Rede Municipal de Ensino Professora Pesquisadora UAB/UNITINS.</p>	<p>2016</p>	<p>Rev. Sustinere</p>

<p>18- EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DE SÃO PAULO: CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO E PERFIL DAS CRIANÇAS</p>	<p>- Fabiana Silva Fernandes: pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais, da Fundação Carlos Chagas, integrando o grupo de pesquisas Educação Infantil.</p>	<p>2017</p>	<p>Educ. Pesqui</p>
<p>19- EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: DO PASSADO AO PRESENTE NA BUSCA DO FUTURO</p>	<p>- Elisangela Aparecida de Castro: Centro Universitário Metodista Izabela Hendri; - Michele Aparecida de Sá: Centro Universitário Metodista Izabela Hendri; - Pedro Luiz Teixeira de Camargo: Programa de Pós-Graduação em Evolução Crustal e Recursos Naturais, Universidade Federal de Ouro Preto.</p>	<p>2017</p>	<p>Acta Scientiarum. Humam and Social Sciences</p>
<p>20- DEMOCRACIA E DIREITOS SOCIAIS: HISTÓRICO E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS</p>	<p>- Doracy Dias Aguiar de Carvalho: Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas, Coordenação de Estágio e Assistência Estudantil (Coest)); - Roberto Francisco de Carvalho: Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas, Curso de Licenciatura em Filosofia e Mestrado Profissional em Educação</p>	<p>2019</p>	<p>R. Katál</p>
<p>21- “ELES QUEREM DO LADO DE CASA”: ENTREVISTAS COM GESTORES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL</p>	<p>- Marina Castro e Souza: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense; - Maria Fernanda Rezende Nunes: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.</p>	<p>2020</p>	<p>Educar em Revista, Curitiba</p>
<p>22- DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS REDES MUNICIPAIS NO CONTEXTO CATARINENSE</p>	<p>- Márcia Buss-Simão: Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, SC, Brasil; - Eloisa Acires Candal Rocha: Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.</p>	<p>2018</p>	<p>Revista Brasileira de Educação</p>
<p>23- GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS POLÍTICAS MUNICIPAIS</p>	<p>- Sonia Kramer: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil); - Leonor Pio Borges De Toledo: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; - Camila Barros: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.</p>	<p>2014</p>	<p>Revista Brasileira de Educação</p>

<p>24- EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICAS MUNICIPAIS: UM ESTUDO LONGITUDINAL</p>	<p>- Maria Fernanda Rezende Nunes: Professora Titular-Livre em Educação Infantil do Departamento de Didática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; - Patrícia Corsino: professora e pesquisadora Associada do Departamento de Didática da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE-UFRJ, coordenadora do Laboratório de Estudos em Linguagem, Leitura, Escrita e Educação - LEDUC e coordenadora do Grupo de estudos e pesquisa Infância, Linguagem e Educação. Desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: Educação Infantil (políticas, práticas pedagógicas e formação de professores), infância e linguagem, alfabetização, leitura e escrita e literatura infantil; - Sonia Kramer: É professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde coordena o Curso de Especialização em Educação Infantil.</p>	<p>2013</p>	<p>Cadernos de Pesquisa</p>
<p>25- O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL</p>	<p>- Barbara Cristina Hanauer Taporosky: estudante de doutorado da Universidade Federal do Paraná; - Adriana Aparecida Dragone Silveira: professora associada da Universidade Federal do Paraná e do programa de pós-graduação. Co-fundadora e coordenadora do Laboratório de Dados Educacionais.</p>	<p>2019</p>	<p>Educação & Realidade</p>
<p>26- A OBRIGATORIEDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A ESCASSEZ DE VAGAS EM CRECHES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES</p>	<p>- Luiz Henrique Gomes da Silva: Professor do Curso de Direito, Gestão de Recursos Humanos, Gestão comercial e Administração de empresas da UNOPAR, Professor de Pós Graduação na área de Ensino/Educação; Professor de formação continuada: secretarias municipais de educação; - Bernadete de Lourdes Streisky Strang: Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Londrina, PR, Brasil, participa do Grupo de Pesquisa História Intelectual e Educação da Universidade Federal do Paraná.</p>	<p>2020</p>	<p>Pro-Posições</p>
<p>27- DESIGUALDADE DE ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA META 1 DO PNE NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ</p>	<p>- Ângela Scalabrin Coutinho: Professora do Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Paraná. Professora visitante na Université Paul Sabatier - Toulouse, França de novembro de 2019 a maio de 2020. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Infância e Educação Infantil (NEPIE/UFPR) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação da Pequena Infância; - Thiago Alves: Professor na Universidade Federal de Goiás lotado na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPR e no Programa de Pós-Graduação em Administração</p>	<p>2019</p>	<p>Educar em Revista, Curitiba, Brasil</p>

	(PPGADM) da UFG. É co-fundador e membro da coordenação do "Laboratório de Dados Educacionais".		
28- ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: CONTRASTES DE ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO FEDERAL	<p>- Viviane Fernandes Faria Pinto: Atualmente pertence à carreira de Pesquisador-Tecnologista no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep);</p> <p>- Fernanda Müller: professora do Colégio de Aplicação/CED/UFSC. Docente de Língua Portuguesa e Literatura no Ensino Médio. Editora-chefe da revista científica "Sobre Tudo", publicação Interdisciplinar e de Ensino do Colégio de Aplicação da UFSC e Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil;</p> <p>- Juarez José Tuchinski Dos Anjos: Professor Adjunto de História da Educação e História da Educação Brasileira no Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (Modalidade Profissional) da Universidade de Brasília.</p>	2018	Educação em Revista Belo Horizonte
29- ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO	<p>- Marina Feldman: Doutoranda e assistente de docência do Departamento de Teoria, Política e Administração Educacional na Escola de Educação da Universidade Rutgers em Nova Jérse;</p> <p>- Adriana Aparecida Dragone Silveira: professora associada da Universidade Federal do Paraná e do programa de pós-graduação. Co-fundadora e coordenadora do Laboratório de Dados Educacionais).</p>	2019	Educ. Pesquisa
30- A PRESSÃO PARA EXPANSÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL POR MEIO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	<p>- Marina Feldman: Doutoranda e assistente de docência do Departamento de Teoria, Política e Administração Educacional na Escola de Educação da Universidade Rutgers em Nova Jérse;</p> <p>- Adriana Aparecida Dragone Silveira: professora associada da Universidade Federal do Paraná e do programa de pós-graduação. Co-fundadora e coordenadora do Laboratório de Dados Educacionais).</p>	2018	Educ. Soc., Campinas
31- ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A INFÂNCIA: ENTRE RELAÇÕES DE FORÇA E PERFORMANCES	<p>- Antonia Almeida Silva: Professora Plena (Titular) Do Departamento De Educação Da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, Brasil;</p> <p>- Faní Quitéria Nascimento Rehem: Professora Adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Infância.</p>	2017	Rev. bras. Estud. pedagog.

<p>32- EDUCAÇÃO INFANTIL: UM BALANÇO A PARTIR DO CAMPO DAS DIFERENÇAS</p>	<p>- Anete Abramowicz: professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; - Gabriela Guarnieri de Campos Tebet: professora da Faculdade de Educação da UNICAMP, vinculada aos grupos de pesquisa GPPE e DiS.</p>	<p>2017</p>	<p>Pro. posições</p>
<p>33- AS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL</p>	<p>- Maria Lucia Lemos Ceccon: Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE/Unicamp); - Nadia Pedrotti Drabach: Membro do grupo interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais GREPPE (Unicamp) Membro da Diretoria do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). Pesquisadora Colaboradora da Faculdade de Educação da Unicamp e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.</p>	<p>2020</p>	<p>Educação em Revista</p>
<p>34- A EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A LÓGICA DO EMPREENDEDORISMO E DOS “NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL”</p>	<p>Bianca Correa: Professora da Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ribeirão Preto, São Paulo (SP), Brasil.</p>	<p>2020</p>	<p>Educação em Revista Belo Horizonte</p>
<p>35- EFEITOS DE LONGO PRAZO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: EVIDÊNCIAS E POLÍTICA</p>	<p>- Edward Melhuish: atualmente está realizando estudos longitudinais em grande escala na Noruega, no Reino Unido e na Austrália, envolvendo influências da família, da comunidade e da pré-escola no desenvolvimento infantil e implicações políticas. Ele também participa de um projeto da UE (ISOTIS) sobre desigualdade na infância envolvendo 11 países; - Tradução Moyses Kuhlmann Jr.: Pesquisador senior da Fundação Carlos Chagas, onde é Editor-Chefe do periódico Cadernos de Pesquisa. Líder do Grupo de Pesquisa "Educação e Infância: políticas e práticas", coordenando a Linha de Pesquisa "Infância, História e Política". Coordena a página "História da Educação e da Infância", que disponibiliza fontes documentais digitalizadas, no portal da Fundação Carlos Chagas. Membro da Red de Estudios de História de las Infancias em América Latina e da Red. Internacional de História de la Educación Pré-escolar, Infantil e Inicial.</p>	<p>2013</p>	<p>Cadernos de Pesquisa</p>
<p>36- ARRANJOS INSTITUCIONAIS ENTRE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL E INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA OFERTA DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL</p>	<p>- Jaqueline dos Santos Oliveira: Participa do grupo de estudos vinculado à Faculdade de Educação - USP e ao Labrimp (Laboratório de Brinquedos e Materiais Pedagógicos), denominado Contextos Integrados de Educação Infantil cujo objetivo é discutir e avançar quanto às práticas docentes voltadas para o atendimento e</p>	<p>2013</p>	<p>R. bras. Est. pedag.</p>

	<p>educação de bebês e crianças. Seus principais temas de interesse acadêmico são Educação Infantil, ensino de história, narrativas e trajetórias infantis, fluxos migratórios contemporâneos, história da educação, formação de professores e currículo;</p> <p>Raquel Fontes Borghi: É professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista - Rio Claro. É membro da equipe editorial da Revista Educação Teoria e Prática e atualmente é Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação/UNESP/Rio Claro. Pesquisadora do GREPPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional) e atua em temas de políticas educacionais e, mais especificamente, na temática da privatização da educação</p> <p>Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e coordenada pela Profª Drª Theresa Adrião da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus de Rio Claro, e composta também pelas professoras doutoras Raquel Borghi (Unesp); Teise Garcia (Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto) e Lisete Arelaro (Faculdade de Educação da USP – Feusp), além de alunos de graduação e pós-graduação das três universidades citadas.</p>		
<p>37- PERMEABILIDADE ESTATAL E ATORES PRIVADOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (2014-2024)?</p>	<p>- Zara Figueiredo Tripodi: professora do Departamento de Educação, da Universidade Federal do Ouro Preto (UFOP), na qual atua na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação, do qual é coordenadora (2019-2021). Coordena, ainda, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Pública de Educação - NEPPPE/CNPq/UFOP);</p> <p>- Victor Maia Senna Delgado: Professor adjunto no Departamento de Ciências Econômicas (DEECO) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e professor participante do mestrado de Pós Graduação em Pesquisa Econômica Aplicada (PPEA) dessa mesma instituição. Atua principalmente nas áreas de métodos quantitativos e estatísticos aplicados à demografia da educação, economia da educação, medidas de eficiência por meio de fronteiras não paramétricas e Economia do Setor Público;</p> <p>- Érica Castilho Rodrigues: Professora Adjunta na Universidade Federal de Ouro Preto. Atua principalmente nas seguintes áreas: Estatística Espacial, Avaliação Educacional, Desigualdades Educacionais, Teoria de Resposta ao Item. É pesquisadora integrante do Núcleo de Avaliação Educacional (NAVE) da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordenadora do Núcleo de Avaliação Institucional da UFOP (NAI). Corresponsável pelo desenvolvimento do IDeA (Indicador de Desigualdades e Aprendizagens).</p>	<p>2018</p>	<p>Revista Brasileira de Educação</p>

<p>38- NA CRECHE, CUIDADOS CORPORAIS, AFETIVIDADE E DIALOGIA</p>	<p>- Daniela Guimarães: Doutora em Educação PUC-Rio; Professora Adjunta da Faculdade de Educação UFRJ; Coordenadora do grupo de Pesquisa GIDOC - Grupo Infância e Docência na Creche. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, RJ, Brasil;</p> <p>- Rachel Arenari: Mestre em Educação UFRJ. Professora Substituta na Escola de Educação Infantil da UFRJ.</p>	<p>2018</p>	<p>Educar Educação Em Revista</p>
<p>39- DEZ ANOS DO PROINFÂNCIA: EFEITOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INDUÇÃO</p>	<p>-Bruno Tovar Falciano: Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Infantil, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Infantil, indicadores educacionais, infraestrutura escolar, qualidade do ensino e avaliação educacional;</p> <p>- Maria Fernanda Rezende Nunes: Professora Titular-Livre Em Educação Infantil Do Departamento De Didática Da Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro;</p> <p>- Edson Cordeiro Dos Santos: Professor, Pós-Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Linha de Pesquisa: Educação, Desigualdades Sociais e Políticas Públicas).</p>	<p>2019</p>	<p>Estud. Aval. Educ.</p>
<p>40- A OBRIGATORIEDADE DE MATRÍCULA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSÍVEIS RETROCESSOS</p>	<p>- Aliandra Cristina Mesomo Lira: Universidade Estadual do Centro-Oeste, Professora; GEPEDIN-Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil, CNPq, (UNICENTRO), Líder.</p>	<p>2020</p>	<p>Roteiro, Joaçaba</p>
<p>41- POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: DESAFIOS À CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO NO CONTEXTO EMERGENTE DA NOVA FILANTROPIA</p>	<p>- Maria Luiza Flores: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora Adjunta do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação;</p> <p>Vera Maria Vidal Peroni: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora nos cursos de graduação e pós-graduação em educação.</p>	<p>2018</p>	<p>Roteiro, Joaçaba</p>
<p>42- QUAL CRIANÇA? QUAL INFÂNCIA? QUAL QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL?</p>	<p>- Thuinie Medeiros Vilela Daros: Mestranda, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação. Av. Tarquínio Joslin dos Santos;</p> <p>- Karina Inês Paludo: Mestranda, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, PR, Brasil.</p>	<p>2013</p>	<p>Rev. educ. PUC-Camp., Campinas</p>

<p>43- O ATENDIMENTO PRIVADO SUBSIDIADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OS CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS EM ANÁLISE</p>	<p>- Caroline de Fátima Nascimento de Jesus Azevedo: (Universidade Estadual Paulista (UNESP) – SP, Rio Claro; - Raquel Fontes Borghi: Universidade Estadual Paulista (UNESP).</p>	<p>2015</p>	<p>Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro</p>
<p>44- POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: DIREITO E OBRIGATORIEDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL</p>	<p>- Maria Cecília Luiz: Universidade Federal de São Carlos; - Rafaela Marchetti: Universidade Federal de São Carlos; - Ronaldo Martins Gomes: Universidade Federal de São Carlos.</p>	<p>2016</p>	<p>Educação Unisinos</p>
<p>45- INSTITUIÇÕES CONVENIADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: DAS CONDIÇÕES DA OFERTA À FORMAÇÃO CONTINUADA</p>	<p>- Valdete Côco: Doutora em Educação pela UFF. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil; - Kallyne Kafuri Alves: Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil.</p>	<p>2019</p>	<p>Revista Contrapontos</p>
<p>46- A EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A LÓGICA DO EMPREENDEDORISMO E DOS “NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL”</p>	<p>- Bianca Correa: Professora da Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ribeirão Preto, São Paulo.</p>	<p>2020</p>	<p>Educação em Revista Belo Horizonte</p>
<p>47- A OBRIGATORIEDADE DA PRÉ-ESCOLA NO CONTEXTO DAS PARCERIA PÚBLICO-PRIVADAS</p>	<p>- Flavia de Figueiredo de Lamare: Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Educação Profissional e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz).</p>	<p>2018</p>	<p>Roteiro, Joaçaba</p>

Fonte: autoras do trabalho

No quadro acima se observa que as universidades que tiveram mais pesquisadores que publicaram foram: Universidade de São Paulo; Fundação Carlos Chagas, a Universidade Federal de São Carlos, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Paraná. Já as revistas que mais publicaram foram: Revista Brasileira de Educação; Educação em Revista Belo Horizonte; Roteiro Joaçaba; Educar em Revista Curitiba; Educação e Pesquisa; Pro Posições; Revista Brasileira Estudos Pedagógicos; Colloquium Humanarum e Educação Unisinos.

Tabela 1: Quantidade de artigos por ano.

Artigos Seleccionados		Artigos excluídos
Ano	Quantidade	
2013	05	
2014	03	Não é da Área: Opção 1 = 3.793
2015	02	Não é da EI: Opção 2 = 254
2016	05	Não é do Tema: Opção 3 = 109
2017	10	Não é do Brasil: Opção 4 = 34
2018	09	
2019	07	
2020	06	
Total= 47		Total= 4.190

Fonte: autoras do trabalho

Depois de aplicados os critérios de exclusão, os anos que mais apareceram nas buscas foram: 2017 = 10 publicações; 2018 = 09 publicações; 2019 = 07 publicações; 2020 = 06 publicações; 2016 e 2016 = 05 publicações; 2014 = 03 publicações e 2015 = 02 publicações. Total de artigos seleccionados: 47 e excluídos: 4.190.

Encerrando o levantamento bibliográfico dos textos seleccionados, vimos que a Educação Infantil é a fase educacional menos prestigiada dentre todas as outras. Isso não significa que as demais etapas de educação recebam maior atenção por parte dos governantes do nosso país, cremos que ainda há muito que se fazer.

Acreditamos que a EI é desvalorizada, porque suas raízes estiveram por muito tempo inseridas na assistência social ou devido às crianças, de forma geral, não serem valorizadas, não ouvidas e não vistas como um ser humano que detém pensamentos e vontades que devam ser valorizados, como parte integrante do seu processo de desenvolvimento e como tal deva ser respeitado em suas particularidades segundo (MARTINS, 2016 p. 37).

Um meio pelo qual podemos mudar esta percepção é valorizar a intensa participação através de movimentos sociais tais como: o Movimento Interfóruns de

Educação Infantil – MIEIB, que atua no Brasil como mediador entre a sociedade civil e o governo, na avaliação e defesa da Educação Infantil, na melhoria da sua qualidade. Assim podemos desfazer o estigma que carrega o vocábulo “infans”, que tem como significado um ser “sem voz” (FERREIRA; SARAT, 2013 p. 237).

Para trilhar o caminho rumo à universalização, reafirma-se a importância da sociedade em manter amplo debate e pesquisa para efetivação de tais direitos ao acesso e a oferta, com qualidade. Pois se julga que diferentes meios para atingir níveis melhores no atendimento das crianças visam contribuir para uma sociedade mais justa (CAMPOS, 1999 p.126).

Identificamos por meio do nosso trabalho, que a partir do ano de 2016 houve um considerável aumento na produção científica sobre o tema, que presumimos ser resultado da obrigatoriedade afirmada através da Lei nº 12.796/2013, que previa 2016 como prazo para a universalização da pré-escola. Isto demonstra a relevância das pesquisas acadêmicas como forma de aferir o cumprimento das demandas sociais. BRASIL, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo a importância da educação no desenvolvimento social e aguçadas pelo interesse em ver a nossa nação crescendo por meio de uma consciência educacional, em âmbito nacional, foi que escolhemos o tema de nossa pesquisa, focando a qualidade e o acesso à Educação Infantil. Inicialmente tínhamos por propósito catalogar informações bibliográficas a respeito do acesso à Educação Infantil, bem como da qualidade da mesma. Posteriormente iríamos a campo coletar dados sobre o presente tema, a fim de confrontá-los com as intenções teóricas dos instrumentos regulatórios existentes em nosso país até o presente momento. Infelizmente, somente parte deste trabalho foi possível, devido ao surgimento da pandemia de SARs-COV-2. Este fator de impedimento nos limitou a permanecermos apenas na primeira etapa.

Ao realizarmos nossa pesquisa bibliográfica por cruzamento de descritores e vocábulos referentes à Educação Infantil, encontramos aproximadamente 47 artigos que expuseram as fragilidades do poder público demonstrando parcial incompetência em efetivar as demandas manifestas, provocando a exclusão na população que mais carece de direitos.

No que tange ao acesso à matrícula, os dados dos municípios demonstram uma disparidade de resultados, indicando uma gestão ineficaz na catalogação que poderia ser usada para melhor efetivação de planejamento, bem como alguns não têm uma organização de metas para o efetivo cumprimento da expansão de vagas.

Já no que se refere a matrícula da criança a partir dos quatro anos de idade, ao invés de iniciar sua educação na pré-escola ela tem queimado etapas, pois muitos municípios têm realizado a inclusão desta faixa etária diretamente nas escolas de ensino fundamental. Isso denota o desconhecimento das particularidades da etapa da EI por parte do poder público.

Quanto à obrigatoriedade de vagas temos que devido à baixa oferta e a muitos familiares das crianças conhecerem seus direitos, recorrendo ao Ministério Público para que este determine a efetivação da matrícula, ocorre um processo chamado “*Judicialização*”. Contudo, tal efetivação redundou em turmas superlotadas, diminuindo, assim, a qualidade da EI. Isso impõe o grande desafio de promover o aumento da quantidade de profissionais qualificados e do número de instituições.

Em relação à oferta nas instituições da EI, a mesma tem ocorrido em detrimento de sua qualidade. A população rural, preta e pobre por anos ainda sofre com a falta de oferecimento, também como há mais carência de creche do que de pré-escola para todos.

Também tomamos conhecimento de que alguns municípios transferem recursos públicos destinados à educação básica para entidades conveniadas que não tem a obrigatoriedade que a rede municipal tem, de cumprir com os padrões mínimos de qualidade, prejudicando assim a melhoria no ensino.

Desejando a execução da cobertura de vagas, os municípios têm lançado mão de instituições sem fins lucrativos ou conveniadas. Assim as crianças que mais precisam têm a menor qualidade na cobertura deste direito, pois foi constatado que tais instituições apresentam menos qualidade que as municipais, retirando das crianças com menos poder aquisitivo os seus direitos por meio de arranjos precários para democratização principalmente no que diz respeito à creche. Há municípios que alegam fazer isso por falta de verba, mas encontramos situações que denotam falta de gestão.

Quando BOBBIO diz que o obstáculo ao direito não é documentar, ou alegar, mas salvaguardar (BOBBIO, 1992 p. 24 apud CAMPOS, 1999 p. 1), esta verdade se põe diante de nossos olhos como metas de crença e vida.

Diante de tudo o que foi exposto neste trabalho e pela observação dos aspectos analisados, consideramos de suma importância a contribuição que o meio científico tem dado para correção de rumos na base da educação brasileira, como também asseveram (MORO; SOUZA;2014 p.4) referente pesquisa bibliográfica:

Toda essa produção acadêmica tem contribuído também para formar uma massa crítica de vital importância. Não apenas cada profissional que realiza ou integra uma pesquisa aprende sobre o objeto sobre o qual se debruça (e também sobre a atividade de pesquisar), como todas as pessoas com as quais ele compartilha esses aprendizados tornam-se mais conscientes do que temos e do que não queremos ter, de onde estamos e aonde queremos chegar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete, et.al. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo, **CEERT**, 2012.
- ABUCHAIM, Beatriz Oliveira. Panorama das Políticas de Educação Infantil no Brasil. Brasília- UNESCO, DF, 2018.
- AMARAL, A. C. T. O Que é Ser Criança Viver a Infância na Escola: a transição da Educação Infantil para o ensino fundamental de nove anos. **UFPR**. Curitiba, 2005.
- AZEVEDO, H. H. O; MENDES, B. F. EDUCAÇÃO INFANTIL: da medicalização à judicialização do atendimento em creches- **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 16, n. 2, p. 82-94, maio/ago. 2017.
- BANCO MUNDIAL. Brasil desenvolvimento da primeira infância: foco sobre o impacto das pré-escolas. Relatório n. 22841-BR, Região da América Latina e Caribe, 2002.
Disponível em:
<<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186326902607/08Portugues.pdf>>. Acesso em: 20/01/2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao artigo 76 do ato das disposições constitucionais transitórias. Diário Oficial da União, 12 nov. 2009a. Seção 1, p. 8.
- BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. População de 0 a 3 anos em 2015. Brasília, DF: IBGE/PNAD, 2015.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e das outras providências. Brasília: 2013.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010 a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2020. Brasília: MEC. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados> > Acesso em 16 de janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Oferta e demanda de educação infantil no campo / Maria Carmen Silveira Barbosa [et al.] organizadoras. – Porto Alegre: Evangraf, 2012. 336 p.: il.; 23 cm.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. V. 1 e 2. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009. 64 p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas / Vania Carvalho de Araújo (org.) Manuel Jacinto Sarmento ... [et al.]. - [Brasília, DF]: Ministério da Educação; Vitória: EDUFES, 2015. 186 p.: il.;

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil. – Brasília: MEC, SEB, 2009. 96 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil: Encarte 1. Brasília: MEC, SEB, 2006. 31 p.: il.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política de educação infantil no Brasil: Relatório de avaliação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB; Unesco, 2009. 260 p.

BRASIL. Parecer CNE/CP9/2001 - **Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.

CAMPOS, M. M. A mulher, a criança e seus direitos. Caderno de Pesquisa: **Fundação Carlos Chagas**, v. 0100-1574, n. 106, p. 117-127, mar. 1999.

CAMPOS, M. M. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. **Caderno de Pesquisa**, vol.43, no. 148, p.22-43. abr. 2013.

CAMPOS, M. M; ROSEMBERG, F. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças / Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. – 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009. 44 p.

CECCON, M. L. L; DRABACH, N P. As instituições sem fins lucrativos na privatização da Educação Infantil. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 36, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982020000100806&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Feb. 2021. Epub Oct 16, 2020.

CÔCO, V; ALVES, K.K. Instituições conveniadas de educação infantil: das condições da oferta à formação continuada, **contrapontos**. v19n1.p169-182, Disponível em: <www.univali.br/periodicos> Acesso em 01 jan 2021.

CORREA, B. C. Considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 85-112, jul.2003.

CORREA, B. C. Políticas de Educação Infantil no Brasil: ensaio sobre os desafios para a concretização de um direito. **Jornal de Políticas Educacionais**. nº 9, p. 20–29. Janeiro-Junho de 2011.

COUTINHO, Â. S; ALVES, T. Desigualdade de acesso à Educação Infantil: uma análise da meta 1 do PNE na região metropolitana de Maringá. **Educ. rev.**, Curitiba, v. 35, n. 75, p. 194-217, May 2019.

COUTINHO, Â. S; MORO. C. avaliação de contexto como processo formativo. **Cadernos de Pesquisa em Educação** -PPGE/UFES Vitória, ES. a. 15, v.20, n. 47, p. 90-112, Jan / jul 2018.

DIAS, M. J. S; SOARES, B. V. P. Assistência Estudantil X Creches nas Universidades Públicas: desafios para mães-estudantes. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, n. 2, maio. /ago. 2019.

DOURADO, L.F; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: jan 2021.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/htm>. Acesso em: 21 dez 2020.

FERNANDES, F. S. DOMINGUES, J. R. Educação Infantil no estado de São Paulo: condições de atendimento e perfil das crianças. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, p. 145-160, 2017.

FERREIRA, E, M; SARAT, M. “Criança (s) e infância (s)”: perspectivas da história da educação. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n.27, jul./dez. 2013. p. 234 - 252.

FONSECA, S, C; ALMEIDA, E. A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo e a Interiorização de Políticas para a Infância. **Revista História da Educação**, vol. 20, Rio Grande do Sul. n. 49, maio-agosto, 2016, pp. 123-141 . <Acesso em jan 2021.>

FREIRE, R. B; RODRIGUES, M. F. A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA CRECHE- **Rev. Mosaico** nº 8. p. 11-16. Jan/jun 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317324666_A_importancia_da_afetividade_na_Creche> Acesso em jan 2020.

FREITAS, L. B. As decisões judiciais e as políticas públicas sobre a educação no Estado de São Paulo. **MEDIAÇÕES**, LONDRINA, V. 21 N. 1, P. 145- 166, JUL./DEZ. 2016.

KUHLMANN JR, M.. Histórias da Educação Infantil Brasileira. **Revista Brasileira de Educação**- Fundação Carlos Chagas, São Paulo- Nº 14 p 177-192 Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

KUHLMANN JR, M. INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: uma abordagem histórica- edição ampliada (1 janeiro 2010) **Editora Mediação**; 2010.

LAMARE, F. F.. A obrigatoriedade da pré-escola no contexto das parcerias público privadas. **Roteiro**, v. 43, n. 2, p. 781-814, 30 ago. 2018.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação. Brasília: Casa Civil da Presidência da República. 1996.

Lei nº 11.274, de 26 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

LIMONTI, R. M.; PERES, U. D. & CALDAS, E. L. Política de fundos na educação e desigualdades municipais no estado de São Paulo: uma análise a partir das arenas políticas de Lowi. **Revista De Administração Pública**, 48(2), 389 a 410. Recuperado de <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/19641>> Acesso em novembro de 2020.

MARTINS, T. C. Da educação infantil e a experiência de Reggio Emilia. **Revista Sustinere**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 27 - 46, jul. 2016. ISSN 2359-0424. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/21135>>. Acesso em: 02 fev. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/sustinere.2016.21135>

MORO, C; SOUZA, G. (Organizadoras). **Educação infantil [recurso eletrônico]: construção de sentidos e ... Dados eletrônicos**. – 1. desta edição reservados ao NEPIE/UFPR 1. ed. Curitiba: Champagnat, 2013, p. 199-224. NÓVOA, A.

MORO, C. SOUZA, G. Produção acadêmica brasileira sobre avaliação em educação infantil: primeiras aproximações. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 100-125, maio/ago. 2014.

MULLER C. M. Direitos Fundamentais: a proteção integral de crianças e adolescentes no Brasil- **Revista Âmbito Jurídico**- nº 89 1 jun. 2011. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-89/direitos-fundamentais-a-protecao-integral-de-criancas-e-adolescentes-no-brasil/>> Acesso em jan 2021.

Na Íntegra - YOUTUBE- Maria Malta Campos - A identidade do professor na Educação Infantil/ - Parte 1/2-

>Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=o4WcvH-2IbI><

Assistido em: 26 de dezembro 2020.

https://tvcultura.com.br/videos/51615_na-integra-maria-malta-campos-a-identidade-do-professor-na-educacao-infantil-parte-1-2.html

Acesso em: 26 de dez 2020.

Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília. DF. v.1. 2006.

PASCHOAL, J. D. Entre a pré-escola obrigatória e creche opcional: reflexões sobre o direito da criança à educação de qualidade. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n.3 [77], p.766-779, jul./set. 2018

ROSEMBERG, F. Sísifo e a Educação Infantil brasileira. **Pro-Posições**, V.14 n. 1, p. 177-194, jan/abr 2003.

SCHIFINO, R.S.; SILVA, M. R. P., Do “balde” ao direito à creche: lutas de mães operárias-**Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, n. 4, ed. especial, set./dez.2017 Disponível em:<DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v10n4p166-185> Acesso em: dez. 2020.

SILVA, H. et.al. Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial. São Paulo, **Instituto Avisa Lá**, 2012.

SILVA, L. H. G.; STRANG, B. de L. S.. A obrigatoriedade da educação infantil e a escassez de vagas em creches e estabelecimentos similares. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 31, p. e20160069, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8660710>.
Acesso em: 1 fev. 2021.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016. Local: Rio de Janeiro Editor: **IBGE** Ano: 2016.

SORDI, J. O.; NELSON, R. E.; GALINDO, P. R. Problema da falta de vagas em creches: matriz de loops e a priorização de causas de problemas complexos. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 6, p. 1407-1429, Dec. 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000600003 & lng= en\ nrm=iso>.
Acesso em 02 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/0034-76121655>.

SOUSA, Z. S; PIMENTA, C. O. Atendimento à Educação Infantil no estado de São Paulo: trilhas previstas em planos municipais de educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45- 2019.

TATAGIBA, A. P. Percursos de uma luta urgente: a educação infantil como dever do Estado. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 29, p. 146-171, jul./dez. 2011.

APÊNDICE

Temas	Opção de Exclusão
1- Acesso 2- Cobertura 3- Obrigatoriedade 4- Oferta 5- Qualidade	1- Não é da Área 2- Não é da EI 3- Não é do Tema 4- Não é do Brasil

Coordenação De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior (CAPES)
<p>Base Pesquisada: CAPES</p>
<p>Recorte Temporal: 2013-2020</p> <p>Cruzamento: Acesso X “Educação Infantil”</p> <p>Total Encontrados: 56</p> <p>Total Excluídos: 56 (Opção 1= 42; Opção 2= 14)</p> <p>Total Seleccionados: 00</p>
<p>Base Pesquisada: CAPES</p>
<p>Recorte Temporal: 2013-2020</p> <p>Cruzamento: Acesso X Creche</p> <p>Total Encontrados:56</p> <p>Total Excluídos:56 (Opção 1= 51; Opção 2= 05)</p> <p>Total Seleccionados:00</p>
<p>Base Pesquisada: CAPES</p>
<p>Recorte Temporal: 2013-2020</p> <p>Cruzamento: Acesso X Pré-Escola</p> <p>Total Encontrado:16</p>

Total Excluído: 16 (Opção 1= 12; Opção 2= 03; Opção 3=01)

Total: Selecionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Criança De 0 A 3 Anos

Total Encontrados:116

Total Excluídos:116 (Opção 1= 113; Opção 2= 03)

Total Selecionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Criança De 0 A 3 Anos”

Total Encontrados:05

Total Excluídos:04(Opção 1=02; Opção 2=02)

Total Selecionados:01

1- Política De Fundos Na Educação E Desigualdades Municipais No Estado De São Paulo: Uma Análise A Partir Das Arenas Políticas De Lowi

Link:<https://www.scielo.br/Pdf/Rap/V48n2/A06v48n2.Pdf>

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Crianças De Zero A Três Anos

Total Encontrados:149

Total Excluídos:149 (Opção 1=142; Opção 2= 05; Opção 4=02)

Total Selecionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Crianças De Zero A Três Anos”

Total Encontrados:02

Total Excluídos:02 (Opção 1=01; Opção 2=01)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Criança 4 A 5 Anos

Total Encontrados:264

Total Excluídos:264 (Opção 1=259; Opção 2=05)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Crianças 4 A 5 Anos

Total Encontrados:424

Total Excluídos:424 (Opção 1= 402; Opção 2= 19; Opção 4= 03)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Criança 4 A 5 Anos”

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Crianças 4 A 5 Anos”

Total Encontrados:02

Total Excluído:01 (Opção: 1)

Total Seleccionados:01

2- Política De Fundos Na Educação E Desigualdades Municipais No Estado De São Paulo: Uma Análise A Partir Das Arenas Políticas De Lowi

Link:[Http://Bibliotecadigital.Fgv.Br/Ojs/Index.Php/Rap/Article/View/19641/18362](http://Bibliotecadigital.Fgv.Br/Ojs/Index.Php/Rap/Article/View/19641/18362)

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrados:178

Total Excluídos:178 (Opção 1= 172; Opção 2= 05; Opção 4= 01)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Criança De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrados:114

Total Excluídos:114 (Opção 1= 110; Opção 2= 04)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrados:01

Total Excluídos:01 (Opção 2)

Total Seleccionados: 00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Criança 0 A 6 Anos

Total Encontrados:113

Total Excluídos:113 (Opção 1)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Crianças 0 A 6 Anos

Total Encontrados:196

Total Excluídos:196 (Opção 1= 193; Opção 2= 01; Opção 4= 02)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Criança De 0 A 6 Anos”

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Crianças De 0 A 6 Anos”

Total Encontrados:06

Total Excluídos: 06 (Opção 1=02; Opção 3= 04)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrados:39

Total Excluídos:39 (Opção 1= 36; Opção 2= 03)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Crianças De Zero A Seis Anos”

Total Encontrados:05

Total Excluídos:03 (Opção 1)

Total Seleccionados:02

3- Problema Da Falta De Vagas Em Creches: Matriz De Loops E A Priorização De Causas De Problemas Complexos

Link:<https://www.scielo.br/pdf/rap/v48n6/v48n6a03.pdf>

4- As Decisões Judiciais E As Políticas Públicas Sobre A Educação No Estado De São Paulo.

Link:<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24676/19504>

Base Pesquisada: **CAPEs**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Criança De Zero A Seis Anos”

Total Encontrados:01

Total Excluídos:01 (Opção 1)

Total Seleccionados: 00

Base Pesquisada: **CAPEs**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Educação Infantil”

Total Encontrados:27

Total Excluídos:25 (Opção 1= 14; Opção 2= 11)

Total Seleccionados:02

5- Política De Fundos Na Educação E Desigualdades Municipais No Estado De São Paulo: Uma Análise A Partir Das Arenas Políticas De Lowi

Link:<https://www.scielo.br/pdf/rap/v48n2/a06v48n2.pdf>

6- Coalizões Em Educação No Brasil: Relação Com O Governo E Influência Sobre O Plano De Desenvolvimento Da Educação (PDE)

Link:<https://www.scielo.br/pdf/rap/V47n3/A02v47n3.pdf>

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Creche

Total Encontrados:21

Total Excluídos:21 (Opção 1= 18; Opção 2= 03)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Pré-Escola

Total Encontrados:09

Total Excluídos:09 (Opção 1=06; Opção 2= 03)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Criança 0 A 3 Anos

Total Encontrados:37

Total Excluídos: 37 (Opção 1)

Total Seleccionados: 00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Crianças 0 A 3 Anos

Total Encontrados:76

Total Excluídos: 76 (Opção 1= 73; Opção 2= 01; Opção 4= 02)

Total Seleccionados: 00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Criança 0 A 3 Anos”

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Crianças 0 A 3 Anos”

Total Encontrados:04

Total Excluídos: 04 (Opção 1= 03; Opção 2= 01)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Crianças De Zero A Três Anos

Total Encontrados:31

Total Excluídos: 31(Opção 1=26; Opção 2=03; Opção 4=02)

Total Seleccionados: 00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Crianças Zero A Três Anos”

Total Encontrados:58

Total Excluídos: 58 (Opção 1=55; Opção 2=02; Opção 4= 01)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Criança 4 A 5 Anos

Total Encontrados:85

Total Excluídos:85 (Opção 1= 83; Opção 2= 02)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Crianças 4 A 5 Anos

Total Encontrados:166

Total Excluídos:166 (Opção 1= 160; Opção 2= 6)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Criança 4 A 5 Anos”

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Crianças 4 A 5 Anos”

Total Encontrados:02

Total Excluídos: 02 (Opção 1= 02)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrados:114

Total Excluídos:114 (Opção 1= 105; Opção 2= 08 E Opção 4= 01)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Crianças Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Crianças Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrados:2

Total Excluídos:2 (Opção 2)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Criança 0 A 6 Anos

Total Encontrados:35

Total Excluídos:35 (Opção 1)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Crianças 0 A 6 Anos

Total Encontrados:62

Total Excluídos:62 (Opção 1= 61; Opção 4= 1)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X” Criança 0 A 6 Anos”

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Crianças Zero A Seis Anos

Total Encontrados:26

Total Excluídos:26 (Opção 1= 25; Opção 2= 01)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Crianças Zero A Seis Anos”

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Educação Infantil”

Total Encontrados: 51

Excluídos: 48 (Opção 1= 24; Opção 2= 13; Opção 3= 11)

Total Seleccionados: 03

7- Perfil Antropométrico De Crianças Segundo A Estrutura Das Creches

Link:<https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n4/1413-8123-csc-22-04-1361.pdf>

8- Política De Formação De Professores: A Ingerência Dos Organismos Internacionais No Brasil A Partir Da Década De 1990

Link:<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/holos/article/view/5757>

9- Coalizões Em Educação No Brasil: Relação Com O Governo E Influência Sobre O Plano De Desenvolvimento Da Educação (PDE)

Link:<https://www.scielo.br/pdf/rap/v47n3/A02v47n3.pdf>

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Creche

Total Encontrados:282

Total Excluídos:270 (Opção 1 =243; Opção 2=20; Opção 3= 04; Opção 4=03)

Total Seleccionados:12

10- A Importância Da Afetividade Na Creche

Link:<http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/rm/article/view/924/pdf>

11- Do “Balde” Ao Direito À Creche: Lutas De Mães

Link:periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/8206/5050

12- Análise Da Organização Espacial Da Creche Em Busca Da Qualificação

Link:<http://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1685/1893>

13- Entre A Pré-Escola Obrigatória E A Creche Opcional: Reflexões Sobre O Direito Da Criança A Uma Educação De Qualidade

Link:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651509/18609>

<p>14- A Formação De Um Vínculo Afetivo Entre Educadoras E Crianças Como Possibilidade Para Uma Adaptação Feliz A Creche</p> <p>Link:http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-importancia-da-afetividade-na-educacao-infantil</p>
<p>15- O Cuidar, O Educar E O Brincar Nos Tempos, Espaços E Contextos Socioeducativos Da/Na Creche: Algumas Considerações</p> <p>Link:http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/20/20</p>
<p>16- Educação Infantil: Da Medicalização À Judicialização Do Atendimento Em Creches</p> <p>Link:http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/37840</p>
<p>17- Assistência Estudantil X Creches Nas Universidades Públicas: Desafios Para Mães-Estudantes</p> <p>Link:https://doaj.org/article/145fe4599d8a454ea7841b101946ee27</p>
<p>18- Judicialização Das Políticas Públicas Educacionais Relativas Ao Ensino Básico Obrigatório</p> <p>Link:https://www.unasp.br/ec/sites/blogacademico/judicializacao-das-politicas-publicas-educacionais-relativas-ao-ensino-basico-obrigatorio/</p>
<p>19 - Algumas Reflexões Sobre Uso Dos Indicadores Da Qualidade Na Educação Infantil Em Um Estudo De Caso</p> <p>Link:https://cutt.ly/Qhdcq6z</p>
<p>20- A Educação Infantil E A Experiência Reggio Emilia</p> <p>Link:https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/21135/17686</p>
<p>Base Pesquisada: CAPES</p>
<p>Recorte Temporal: 2013-2020</p> <p>Cruzamento: Qualidade X Pré-Escola</p> <p>Total Encontrados:15</p> <p>Total Excluídos:14 (Opção 1= 11; Opção 2=3)</p> <p>Total Selecionados:01</p>

21- Projeto Ser Criança: Avaliação E Resultados

Link:https://www.researchgate.net/publication/325354403_Projeto_Ser_Crianca_Avaliacao_E_Resultados

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Criança De 0 A 3 Anos

Total Encontrados:94

Total Excluídos:94 (Opção 1)

Total Selecionados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Criança De 0 A 3 Anos”

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Crianças De Zero A Três Anos

Total Encontrados:81

Total Excluídos:81(Opção 1=79, Opção 2=2)

Total Selecionados: 00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Crianças De Zero A Três Anos”

Total Encontrados:131

Total Excluídos:131(Opção 1=129; Opção 2=1; Opção 4= 1)

Total Selecionados: 00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Criança De 4 A 5 Anos

Total Encontrados:193

Total Excluídos:193 (Opção 1=181, Opção 2=10; Opção 4=02)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Criança De 4 A 5 Anos”

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrados:86

Total Excluídos:86 (Opção 1=85; Opção 2=01)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrados:140

Total Excluídos: 140 (Opção 1=137; Opção 2=02; Opção 4=01)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Criança De 0 A 6 Anos

Total Encontrados:92

Total Excluídos:92 (Opção 1=90; Opção 2= 02)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Criança De 0 A 6 Anos”

Total Encontrados:00

Total Seleccionados: 00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrados:21

Total Excluídos:21 (Opção 1)

Total Seleccionados: 00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Crianças De Zero A Seis Anos”

Total Encontrados:29

Total Excluídos:29 (Opção 1=29)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “EI”

Total Encontrados:05

Total Excluídos:05 (Opção 1)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Creche

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Pré-Escola

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Criança De 0 A 3 Anos

Total Encontrados:15

Total Excluídos:15 (Opção 1)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Criança De 0 A 3 Anos”

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Crianças De Zero A Três Anos

Total Encontrados:64

Total Excluídos:64 (Opção 1)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Crianças De Zero A Três Anos”

Total Encontrados:01

Total Excluídos:00

Total Seleccionados:01

22 -Educação Infantil No Estado De São Paulo: Condições De Atendimento E Perfil Das Crianças

Link:<https://doaj.org/article/0b0491d14fde4d318c9eef842550ecb1>

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Criança De 4 A 5 Anos

Total Encontrados:24

Total Excluídos:24 (Opção 1)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Criança De 4 A 5 Anos”

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrados:40

Total Excluídos:40 (Opção 1)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Criança De 0 A 6 Anos

Total Encontrados:42

Total Excluídos:42 (Opção 1)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Criança De 0 A 6 Anos”

Total Encontrados:02

Total Excluídos:02 (Opção 3)

Total Seleccionados:02

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrados:28

Total Excluídos:28 (Opção 1)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Crianças De Zero A Seis Anos”

Total Encontrados:00

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Educação Infantil”

Total Encontrado:27

Excluídos: 25 (Opção 1=11; Opção 2=11; Opção 3=02; Opção 4= 01)

Total Seleccionados:02

23- Educação Infantil E Políticas Educacionais: Do Passado Ao Presente Na Busca Do Futuro

Link:[https://www.Redalyc.Org/Jatsrepo/3073/307352541006/307352541006.Pdf](https://www.redalyc.org/jatsrepo/3073/307352541006/307352541006.Pdf)

24- Democracia E Direitos Sociais: Histórico E Implicações Para As Políticas Educacionais Brasileiras

Link:[https://www.Scielo.Br/Pdf/Rk/V22n3/1982-0259-Rk-22-03-457.Pdf](https://www.scielo.br/pdf/Rk/V22n3/1982-0259-Rk-22-03-457.Pdf)

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Creche

Total Encontrado:32

Total Excluídos: 29 (Opção= 1)

Total Seleccionados:03

25- Entre A Pré-Escola Obrigatória E A Creche Opcional: Reflexões Sobre O Direito Da Criança A Uma Educação De Qualidade.

Link:[https://Doaj.Org/Article/7d9f06c9def742f29dfd7cf9657061c](https://doaj.org/article/7d9f06c9def742f29dfd7cf9657061c)

26- Problema Da Falta De Vagas Em Creches: Matriz De Loops E A Priorização De Causas De Problemas Complexos.

Link: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v48n6/v48n6a03.pdf>

27- Judicialização Das Políticas Públicas Educacionais Relativas Ao Ensino Básico Obrigatório

Link:<https://cdn1.unasp.br/ec/sites/blogacademico/wp-content/uploads/2018/08/27082436/Judicializa%C3%A7%C3%A3o-das-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-educacionais-relativas-ao-ensino-b%C3%AAsico-obrigat%C3%B3rio.pdf>

Base Pesquisada: CAPES

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Pré-Escola

Total Encontrado:05

Total Excluídos:04 (Opção:01)

Total Seleccionados:01

28- Legislação, Educação E Política: Percepções Sociais Sobre A Lei De Diretrizes E Bases E O Plano Nacional De Educação (2011-2020).

Link:<https://Search.Proquest.Com/Docview/1615273718/?Pq-Origsite=Primo>

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Criança De 0 A 3 Anos

Total Encontrado:01

Total Excluídos:00

Total Seleccionados:01

29- Política De Fundos Na Educação E Desigualdades Municipais No Estado De São Paulo: Uma Análise A Partir Das Arenas Políticas De Lowi

Link: <http://Bibliotecadigital.Fgv.Br/Ojs/Index.Php/Rap/Article/View/19641>

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Criança De 0 A 3 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013 A 2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Crianças De 0 A 3 Anos

Total Encontrado:22

Excluídos:20 (Opção 1= 14; Opção 2= 01; Opção 3 =05)

Total Seleccionados:02

30- Legislação, Educação E Política: Percepções Sociais Sobre A Lei De Diretrizes E Bases E O Plano Nacional De Educação (2011-2020)

Link:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n27p77/27808>

31- Política De Fundos Na Educação E Desigualdades Municipais No Estado De São Paulo: Uma Análise A Partir Das Arenas Políticas De Lowi

Link:<https://www.scielo.br/pdf/rap/V48n2/A06v48n2.pdf>

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Crianças De Zero A Três Anos”

Total Encontrado:02 (Opção 03)

Total Excluído:02

Total Seleccionado: 00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Criança De 4 A 5 Anos

Total Encontrado:26

Total Excluído: 26 (Opção 1= 24; Opção 2= 02)

Total Seleccionados:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Criança De 4 A 5 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrado:20

Total Excluído:19 (Opção = 16; Opção 2= 02; Opção 3= 01)

Total Selecionado: 01

32- Legislação, Educação E Política: Percepções Sociais Sobre A Lei De Diretrizes E Bases E O Plano Nacional De Educação (2011-2020)

Link:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n27p77/27808>

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrado: 01

Total Excluído:01 (Opção 2=01)

Total Selecionado:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Criança De 0 A 6 Anos

Total Encontrado:13

Total excluído: 12 (Opção 1)

Total Selecionado:01

33- Política De Fundos Na Educação E Desigualdades Municipais No Estado De São Paulo: Uma Análise A Partir Das Arenas Políticas De Lowi

Link:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/19641>

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigoriedade X Criança De 0 A 6 Anos

Total Encontrado:02

Total Excluído: 02 (Opção 3)

Total Selecionado:00

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigoriedade X “Criança De 0 A 6 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigoriedade X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrado:03

Total Excluído: 03 (Opção 1= 02; Opção 2= 01)

Total Selecionado:00

Base Pesquisada: **CAPES**

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Obrigoriedade X “Crianças De Zero A Seis Anos ”

Total Encontrado:00

SCIELO

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Educação Infantil”

Total Encontrado: 12

Total Excluído: 07 (Opção 1=02; Opção 2= 02; Opção 3=02; Opção 4= 01)

Total Selecionado:05

34- “Eles Querem Do Lado De Casa”: Entrevistas Com Gestores Municipais Da Educação Infantil

Link:https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602020000100130&lang=pt

35- Docência Na Educação Infantil: Uma Análise Das Redes Municipais No Contexto Catarinense

Link:<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/V23/1809-449X-rbedu-23-E230021.pdf>

36- Educação Infantil No Estado De São Paulo: Condições De Atendimento E Perfil Das Crianças

Link:<https://www.scielo.br/pdf/ep/V43n1/1517-9702-ep-43-1-0145.pdf>

37- Gestão Da Educação Infantil Nas Políticas Municipais

Link:https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782014000100002&lang=pt

38- Educação Infantil E Políticas Municipais: Um Estudo Longitudinal

Link:<https://www.scielo.br/pdf/cp/V43n148/08.pdf>

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Creche

Total Encontrado:09

Total Excluído:08 (Opção 1= 02; Opção 3= 04; 4 Opção: 02)

Total Selecionado:01

39- Eles Querem Do Lado De Casa”: Entrevistas Com Gestores Municipais Da Educação Infantil

Link:<https://www.scielo.br/pdf/er/V36/1984-0411-er-36-E71182.pdf>

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Pré-Escola

Total Encontrado:02

Total Excluído:00

Total Seleccionado:02

40- “Eles Querem Do Lado De Casa”: Entrevistas Com Gestores Municipais Da Educação Infantil

Link: <https://www.scielo.br/pdf/er/V36/1984-0411-er-36-e71182.pdf>

41- Educação Infantil No Estado De São Paulo: Condições De Atendimento E Perfil Das Crianças

Link: <https://www.scielo.br/pdf/ep/V43n1/1517-9702-ep-43-1-0145.pdf>

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Criança De 0 A 3 Ano

Total Encontrado:12

Total Excluído:12 (Opção 1)

Total Seleccionado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Criança De 0 A 3 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Crianças De Zero A Três Anos

Total Encontrado:06

Total Excluído:06 (Opção 1)

Total Seleccionado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Crianças De Zero A Três Ano”

Total Encontrado:02

Total Excluído:01 (Opção 3)

Total Selecionado:01

42- Educação Infantil No Estado De São Paulo: Condições De Atendimento E Perfil Das Crianças

Link: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v43n1/1517-9702-ep-43-1-0145.pdf>

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Criança De 4 A 5 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Criança De 4 A 5 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Criança De 0 A 6 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Criança De 0 A 6 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Crianças De Zero A Seis Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Educação Infantil”

Total Encontrado:19

Total Excluído:12 (Opção 1= 02; Opção 2= 04; Opção 3= 03; Opção 4= 03)

Total Selecionado:07

43- O Direito À Educação Infantil Nos Tribunais De Justiça Do Brasil.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/edreal/V44n1/2175-6236-edreal-44-01-E80678.pdf>

44- A Obrigatoriedade Da Educação Infantil E A Escassez De Vagas Em Creches E Estabelecimentos Similares.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/pp/V31/1980-6248-pp-31-E20160069.pdf>

45- Desigualdade De Acesso À Educação Infantil: Uma Análise Da Meta 1 Do Pne Na Região Metropolitana De Maringá.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/er/V35n75/1984-0411-er-35-75-0194.pdf>

46- Entre O Passado E O Presente: Contrastes De Acesso À Educação Infantil No Distrito Federal

Link:<https://www.scielo.br/pdf/edur/V34/1982-6621-edur-34-E187179.pdf>

47- Atuação Extrajudicial Do Ministério Público E Direito À Educação Infantil: Um Estudo De Caso

Link:<https://www.scielo.br/pdf/ep/V45/1517-9702-ep-45-E186597.pdf>

48- Educação Infantil No Estado De São Paulo: Condições De Atendimento E Perfil Das Crianças.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/ep/V43n1/1517-9702-ep-43-1-0145.pdf>

49- A Pressão Para Expansão Do Direito À Educação Infantil Por Meio De Termos De Ajustamento De Conduta.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/es/V39n145/1678-4626-es-Es0101-73302018186306.pdf>

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Creche

Total Encontrado:05

Total Excluído:05 (Opção 1)

Total Selecionado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Pré-Escola

Total Encontrado:01

Total Excluído: 01(Opção 1)

Total Selecionado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Criança De 0 A 3 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Criança De 0 A 3 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Crianças De Zero A Três

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Crianças De Zero A Três”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Criança De 4 A 5 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Criança De 4 A 5 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Criança De 0 A 6 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Criança De 0 A 6 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Crianças De Zero A Seis Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Educação Infantil

Total Encontrado:16

Total Excluído:07 (Opção 2= 03; Opção 3= 04)

Total Seleccionado:09

50- Educação Infantil: Um Balanço A Partir Do Campo Das Diferenças.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/Rbeped/V98n249/2176-6681-Rbeped-98-249-00371.pdf>

51- A Obrigatoriedade Da Educação Infantil E A Escassez De Vagas Em Creches E Estabelecimentos Similares.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/Pp/V31/1980-6248-Pp-31-E20160069.pdf>

52- As Instituições Sem Fins Lucrativos Na Privatização Da Educação Infantil.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/Edur/V36/1982-6621-Edur-36-E231107.pdf>

53- A Educação Infantil Sob A Lógica Do Empreendedorismo E Dos “Negócios De Impacto Social”.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/edur/V36/1982-6621-edur-36-E231100.pdf>

54- Efeitos De Longo Prazo Da Educação Infantil: Evidências E Política.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/cp/V43n148/07.pdf>

55- Associações Comunitárias E Políticas Educacionais Para A Infância: Entre Relações De Força E Performances.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/rbeped/V98n249/2176-6681-rbeped-98-249-00371.pdf>

56- Arranjos Institucionais Entre O Poder Público Municipal E Instituições Privadas Para Oferta De Vagas Na Educação Infantil.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/rbeped/V94n236/08.pdf>

57- O Direito À Educação Infantil Nos Tribunais De Justiça Do Brasil.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/edreal/V44n1/2175-6236-edreal-44-01-E80678.pdf>

58- Permeabilidade Estatal E Atores Privados Na Oferta Da Educação Infantil: O Que Dizem Os Planos Municipais De Educação (2014-2024)?

Link:<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/V23/1809-449x-rbedu-23-E230064.pdf>

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Creche

Total Encontrado: 03

Total Excluído:01 (Opção 1)

Total Selecionado:02

59- O Direito À Educação Infantil Nos Tribunais De Justiça Do Brasil.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/edreal/V44n1/2175-6236-edreal-44-01-E80678.pdf>

60- Permeabilidade Estatal E Atores Privados Na Oferta Da Educação Infantil: O Que Dizem Os Planos Municipais De Educação (2014-2024)?

Link:<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/V23/1809-449x-rbedu-23-e230064.pdf>

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Pré-Escola

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamentos: Oferta X Criança De 0 A 3 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Criança De 0 A 3 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamentos: Oferta X Crianças De Zero A Três Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamentos: Oferta X “Crianças De Zero A Três Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamentos: Oferta X Criança De 4 A 5 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamentos: Oferta X “Criança De 4 A 5 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamentos: Oferta X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Criança De 0 A 6 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Criança De 0 A 6 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Crianças De Zero A Seis Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Creche

Total Encontrado:23

Total Excluído:22 (Opção 1=14; Opção 2= 03; Opção 3= 02; Opção 4= 03)

Total Selecionado:01

61- Na Creche, Cuidados Corporais, Afetividade E Dialogia.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/edur/V34/1982-6621-edur-34-e186909.pdf>

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Pré-Escola

Total Encontrados:02

Total Excluídos:02 (Opção 1= 01; Opção 4= 01)

Total Selecionado: 00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Criança 0 A 3 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Criança 0 A 3 Anos”

Total Encontrado:15

Total Excluído: 15 (Opção 1)

Total Selecionado: 00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Crianças Zero A Três Anos

Total Encontrado:01

Total Excluído: 01(Opção 1)

Total Selecionados:00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Qualidade X “Crianças Zero A Três Anos”

Total Encontrado:01

Total Excluído: 01(Opção 1)

Total Selecionado: 00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Criança 4 A 5 Anos

Total Encontrado: 00

Base Pesquisada: SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Criança 4 A 5 Anos”

Total Encontrado: 15

Total Excluído: 15 (Opção 1)

Total Seleccionado: 00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrado: 04

Total Excluído: 04 (Opção 1)

Total Seleccionado: 00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrado: 04

Total Excluído: 04 (Opção 1)

Total Seleccionado: 00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Qualidade X Criança 0 A 6 Anos

Total Encontrado: 15

Total Excluído: 15 (Opção 01)

Total Seleccionado: 00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Criança 0 A 6 Anos”

Total Encontrado: 00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrado: 00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Crianças De Zero A Seis Anos”

Total Encontrado: 00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Educação Infantil”

Total Encontrado: 00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Creche

Total Encontrado:01

Total Excluído: 00

Total Selecionado: 01

62- Eles Querem Do Lado De Casa”: Segundo Com Gestores Municipais Da Educação Infantil.

Link:<https://www.scielo.br/pdf/Er/V36/1984-0411-Er-36-E71182.Pdf>

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Pré-Escola

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Criança De 0 A 3 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Criança De 0 A 3 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Crianças De Zero A Três Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Crianças De Zero A Três Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Criança De 4 A 5 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Criança De 4 A 5 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Criança De 0 A 6 Anos

Total Encontrado:01

Excluído: 01(Opção:03)

Selecionado: 00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Criança De 0 A 6 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Crianças De Zero A Seis Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **SCIELO**

EDUC@SCIELO

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento:Qualidade X “Educação Infantil”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Creche

Total Encontrado:06

Total Excluído:04 (Opção 3)

Total Selecionado:02

63- Algumas Reflexões Sobre O Uso Dos Indicadores Da Qualidade Na Educação Infantil Em Um Estudo De Caso.

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Eduteo/V25n50/1981-8106-Eduteo-25-50-00474.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Eduteo/V25n50/1981-8106-Eduteo-25-50-00474.Pdf)

64- Dez Anos Do Proinfância: Efeitos De Uma Política Pública De Indução.

Link:[Http://Publicacoes.Fcc.Org.Br/Ojs/Index.Php/Eae/Article/View/5719](http://Publicacoes.Fcc.Org.Br/Ojs/Index.Php/Eae/Article/View/5719)

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Pré-Escola E “Pré-Escola”

Total Encontrado:02

Total Excluído:01 (Opção 4)

Total Selecionado:01

65- A Obrigatoriedade De Matrícula Para A Educação Infantil: Possíveis Retrocessos.

Link:[Https://Portalperiodicos.Unoesc.Edu.Br/Roteiro/Article/View/20487/140](https://Portalperiodicos.Unoesc.Edu.Br/Roteiro/Article/View/20487/140)

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Criança 0 A 3 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Criança 0 A 3 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Crianças Zero A Três Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Criança Zero A Três Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Criança De 4 A 5 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Criança De 4 A 5 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Criança De 0 A 6 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Criança De 0 A 6 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Qualidade X “Crianças De Zero A Seis Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Educação Infantil”

Total Encontrado:09

Total Excluído:06 (Opção 1= 02; Opção 2= 02; Opção 3= 02)

Total Selecionado: 03

66- Políticas Públicas Para A Educação Infantil No Brasil: Desafios À Consolidação Do Direito No Contexto Emergente Da Nova Filantropia. (Este Se Repete Na Busca)

Link:<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/13096/pdf>

67- Qual Criança? Qual Infância? Qual Qualidade Na Educação Infantil?

Link:<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/2024/1761#>

68- O Direito À Educação Infantil Nos Tribunais De Justiça Do Brasil.

Link:<http://educa.fcc.org.br/pdf/rer/v44n1/2175-6236-edreal-44-01-e80678.pdf>

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Creche

Total Encontrado:04

Total Excluído:01(Opcão 1)

Total Selecionado:03

69- O Direito À Educação Infantil Nos Tribunais De Justiça Do Brasil

Link:<http://educa.fcc.org.br/pdf/rer/v44n1/2175-6236-edreal-44-01-e80678.pdf>

70- Educação Infantil No Estado De São Paulo: Condições De Atendimento E Perfil Das Crianças.Link:<http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v43n1/1517-9702-ep-43-1-0145.pdf>

71- Dez Anos Do Proinfância: Efeitos De Uma Política Pública De Indução.

Link:<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/5719>

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Pré-Escola

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Criança De 0 A 3 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Criança De 0 A 3 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Crianças De Zero A Seis Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Criança De 4 A 5 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Criança De 4 A 5 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Criança De 0 A 6 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Criança De 0 A 6 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Acesso X “Crianças De Zero A Seis Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Educação Infantil

Total Encontrado:18

Total Excluído:08 (Opção 2= 01; Opção 3= 07)

Total Selecionado:10

72-Associações Comunitárias E Políticas Educacionais Para A Infância: Entre Relações De Força E Performances

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Rbep/V98n249/2176-6681-Rbep-98-249-00371.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Rbep/V98n249/2176-6681-Rbep-98-249-00371.Pdf)

73- Arranjos Institucionais Entre O Poder Público Municipal E Instituições Privadas Para Oferta De Vagas Na Educação Infantil.

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Rbep/V94n236/V94n236a08.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Rbep/V94n236/V94n236a08.Pdf)

74- O Atendimento Privado Subsidiado Na Educação Infantil: Os Convênios E Contratos Administrativos Em Análise.

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Eduteo/V25n50/1981-8106-Eduteo-25-50-00460.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Eduteo/V25n50/1981-8106-Eduteo-25-50-00460.Pdf)

75- Algumas Reflexões Sobre O Uso Dos Indicadores Da Qualidade Na Educação Infantil Em Um Estudo De Caso.

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Eduteo/V25n50/1981-8106-Eduteo-25-50-00474.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Eduteo/V25n50/1981-8106-Eduteo-25-50-00474.Pdf)

76- Políticas Educacionais No Brasil: Direito E Obrigatoriedade Na Educação Infantil.

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Edunisinos/V20n1/2177-6210-Edunisinos-20-1-00028.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Edunisinos/V20n1/2177-6210-Edunisinos-20-1-00028.Pdf)

77- O Direito À Educação Infantil Nos Tribunais De Justiça Do Brasil

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Rer/V44n1/2175-6236-Edreal-44-01-E80678.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Rer/V44n1/2175-6236-Edreal-44-01-E80678.Pdf)

78- Instituições Conveniadas De Educação Infantil: Das Condições Da Oferta À Formação Continuada.

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Ctp/V19n2/1984-7114-Ctp-19-02-169.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Ctp/V19n2/1984-7114-Ctp-19-02-169.Pdf)

79- Permeabilidade Estatal E Atores Privados Na Oferta Da Educação Infantil: O Que Dizem Os Planos Municipais De Educação (2014-2024)?

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Rbedu/V23/1809-449x-Rbedu-23-E230064.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Rbedu/V23/1809-449x-Rbedu-23-E230064.Pdf)

80- A Educação Infantil Sob A Lógica Do Empreendedorismo E Dos “Negócios De Impacto Social”.

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Edur/V36/1982-6621-Edur-36-E231100.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Edur/V36/1982-6621-Edur-36-E231100.Pdf)

81- As Instituições Sem Fins Lucrativos Na Privatização Da Educação Infantil.

Link:[Https://www.Scielo.Br/Pdf/Edur/V36/1982-6621-Edur-36-E231107.Pdf](https://www.scielo.br/pdf/edur/v36/1982-6621-Edur-36-E231107.Pdf)

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Creche

Total Encontrado:04

Total Excluído:01 (Opção 2)

Total Selecionado:03

82- Algumas Reflexões Sobre O Uso Dos Indicadores Da Qualidade Na Educação Infantil Em Um Estudo De Caso

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Eduteo/V25n50/1981-8106-Eduteo-25-50-00474.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Eduteo/V25n50/1981-8106-Eduteo-25-50-00474.Pdf)

83- O Direito À Educação Infantil Nos Tribunais De Justiça Do Brasil.

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Rer/V44n1/2175-6236-Edreal-44-01-E80678.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Rer/V44n1/2175-6236-Edreal-44-01-E80678.Pdf)

84- Permeabilidade Estatal E Atores Privados Na Oferta Da Educação Infantil: O Que Dizem Os Planos Municipais De Educação (2014-2024)?

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Rbedu/V23/1809-449x-Rbedu-23-E230064.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Rbedu/V23/1809-449x-Rbedu-23-E230064.Pdf)

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Pré-Escola E “Pré-Escola”

Total Encontrado:01

Total Excluído:01 (Opção 3)

Total Selecionado: 01

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamentos: Oferta X Criança De 0 A 3 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamentos: Oferta “Criança De 0 A 3 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamentos: Oferta Crianças De Zero A Três Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamentos: Oferta “Crianças De Zero A Três Ano”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Criança De 4 A 5 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Criança De 4 A 5 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Criança 0 A 6 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X “Criança De 0 A 6 Anos”

Total Encontrado: 00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrado: 00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Oferta X "Crianças De Zero A Seis Anos"

Total Encontrado: 00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X "Educação Infantil"

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Creche

Total Encontrado:04

Total Excluído: 02 (Opção=1)

Total Selecionado: 02

85- A Obrigatoriedade Da Pré-Escola No Contexto Das Parcerias Público-Privadas.

Link: <https://Cutt.Ly/Lhdf3w>

86- "Eles Querem Do Lado De Casa": Entrevistas Com Gestores Municipais Da Educação Infantil

Link: <http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Er/V36/1984-0411-Er-36-E71182.Pdf>

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Pré-Escola

Total Encontrado:02

Excluídos: 01 (Opção: 01)

Total Seleccionados:01

87- A Obrigatoriedade De Matrícula Para A Educação Infantil: Possíveis Retrocessos.

Link:[Http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Roteiro/V45/2177-6059-Roteiro-45-E20487.Pdf](http://Educa.Fcc.Org.Br/Pdf/Roteiro/V45/2177-6059-Roteiro-45-E20487.Pdf)

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Criança De 0 A 3 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Criança De 0 A 3 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X Crianças De Zero A Três Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Crianças De Zero A Três Anos”

Total Encontrado:00

EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: **Obrigatoriedade X “Criança De 4 A 5 Anos”**

Total Encontrado:00

EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: **Obrigatoriedade X Crianças De Quatro A Cinco Anos**

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: **Obrigatoriedade X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”**

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: **Obrigatoriedade X Criança De 0 A 6 Anos**

Total Encontrado:00

EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: **Obrigatoriedade X “Criança De 0 A 6 Anos”**

Total Encontrado:00

EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: **Obrigatoriedade X Crianças De Zero A Seis Anos**

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Obrigatoriedade X “Crianças De Zero A Seis Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “EI”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Creche

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Pré-Escola

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Criança De 0 A 3 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Criança De 0 A 3 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Crianças De Zero A Três Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Cobertura X “Crianças De Zero A Três Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Criança De 4 A 5 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Criança De 4 A 5 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Crianças De Quatro A Cinco Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Crianças De Quatro A Cinco Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: EDUC@SCIELO

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Criança De 0 A 6 Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X “Criança De 0 A 6 Anos”

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013-2020

Cruzamento: Cobertura X Crianças De Zero A Seis Anos

Total Encontrado:00

Base Pesquisada: **EDUC@SCIELO**

Recorte Temporal: 2013- 2020

Cruzamento: Cobertura X “Crianças De Zero A Seis Anos”

Total Encontrado:00